

**PODER EXECUTIVO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 2009 – 2011

**AUTORIA:
COMISSÃO PRÓPRIA
DE AVALIAÇÃO - UFJF**



EDIÇÃO:



Juiz de Fora – Junho 2012

Este relatório ou parte dele pode ser reproduzido por qualquer meio,
desde que com prévia autorização da SEAVI ou CPA / UFJF

Reitor:	Prof. Henrique Duque de Miranda Chaves Filho
Vice-Reitor:	Prof. José Luiz Rezende Pereira
Secretário SEAVI:	Prof. Vanderlí Fava de Oliveira
Presidente CPA:	Prof. Danilo Pereira Pinto
Membros da CPA:	Prof. Aloísio Antônio Alves Benício (ICE)
	Prof. Jorge Ananias Neto (ICE)
	Prof ^a . Bernadete Maria de Sousa (ICB)
	Prof. João Batista Picinini Teixeira (ICB)
	Prof. Paulo Roberto Oliveira Dias (Educação)
	TAE. Josane Gomes Weber de Oliveira (PRORH)
	TAE. André de Lima Xandó Baptista (PRORH)
	TAE. Maria dos Remédios Pereira da Silva (PROGRAD)
	TAE. Brunner Venâncio Lopes (PROGRAD)
	Est.. Alexandre Daniel da Silva Costa (Grad.)
	Est. Nélio Martins da Silva Azevedo Sasaki (Pós Grad.)
	Prof ^a . Janaina Garcia Sanches (Colégio de Aplicação João XXIII)
Equipe Técnica (SEAVI):	Joseane Patrícia da Silva Karla Beatriz Peçanha Marques Sarah Santos Abrahão Pereira

Ficha Catalográfica

Relatório de Autoavaliação da UFJF - Comissão Própria de Avaliação CPA/UFJF. Danilo Pereira Pinto & Vanderlí Fava de Oliveira (Organizadores). Juiz de Fora: Secretaria de Avaliação Institucional SEAVI/UFJF, junho/2012.

70p

ISBN:

1. Autoavaliação
2. Relatório
3. Ensino, Pesquisa, Extensão

I. Título

CDU:

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
CAPÍTULO I - A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO.....	5
1.1. A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	5
1.2. COMPOSIÇÃO DA CPA/UFJF (2011-2013)	6
1.3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 2009/2011	7
CAPÍTULO II - CONTEXTUALIZAÇÃO DA UFJF	9
2.1. Dados da Mantenedora	9
2.2. Dados da Mantida.....	9
2.3. Breve Retrospecto sobre a UFJF	9
2.4. A UFJF na Atualidade.....	10
2.5. Inserção Local e Regional da UFJF	12
2.6. Perfil e Missão	13
2.7. Estrutura Administrativa.....	13
2.8. Quadro Resumo de Pessoal	15
CAPÍTULO III - ANÁLISE E PARECER DA CPA/UFJF	17
CAPÍTULO IV - SÍNTESE DA AUTOAVALIAÇÃO.....	66
ANEXOS.....	67

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste é apresentar o Relatório Trienal (2009/2011) da Comissão Própria de Avaliação da UFJF, em acordo com o disposto na Lei Nº 10.861/2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), observando ainda o disposto na Portaria MEC nº 2.051 de 09 de julho de 2004 e na Portaria nº 40 de 12 de dezembro de 2007, consolidada em nova publicação de dezembro de 2010.

O relatório está dividido em capítulos, quais sejam:

- Capítulo I – A Comissão Própria de Avaliação

Apresenta a Comissão, suas atribuições, composição e as atividades desenvolvidas para a elaboração do relatório de autoavaliação 2009/2011.

- Capítulo II – Contextualização da UFJF

São apresentados os dados gerais e um breve retrospecto sobre a Instituição, assim como, a sua missão e perfil, estrutura administrativa e um quadro resumo de pessoal.

- Capítulo III – Análise e Parecer da CPA/UFJF

São apresentadas as propostas contidas no PDI da UFJF organizadas segundo as 10 Dimensões do SINAES e seus indicadores, assim como se foram ou não cumpridas e os respectivos esclarecimentos e justificativas sobre estas propostas. Após cada Dimensão, a CPA apresenta seu parecer e propostas para a atualização do PDI da UFJF.

- Capítulo IV – Síntese da Autoavaliação

A CPA apresenta o seu parecer por dimensão e o seu parecer final sobre o perfil de qualidade da UFJF.

CAPÍTULO I

A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

1.1. A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é prevista na Lei Nº 10.861/2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e tem como atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). As dimensões desta avaliação estão previstas no artigo 3º dessa lei, quais sejam:

- I. A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV. A comunicação com a sociedade;
- V. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- IX. Políticas de atendimento aos estudantes;
- X. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

A CPA tem como objetivo avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise, a coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional, tendo como instrumentos de base o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), visando sempre a revisão, a discussão e a atualização dos mesmos.

O PDI deve considerar a missão, os objetivos e as metas da instituição, bem como as propostas de desenvolvimento das suas atividades, definindo claramente os procedimentos relativos à qualificação do corpo docente, inclusive quanto a eventuais substituições, assim como o regime de trabalho, o plano de carreira, a titulação, a experiência profissional no magistério superior e a experiência profissional não acadêmica, levando-se em conta as condições de formação em pós-graduação de docentes na região, o projeto pedagógico dos cursos e as outras atribuições acadêmicas dos docentes.

A autoavaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão e dele resultará um relatório abrangente e detalhado, contendo análises, críticas e sugestões. De acordo com o INEP, no que se refere às instituições, com impacto em todo o sistema de supervisão, o procedimento central é a análise do PDI.

1.2. COMPOSIÇÃO DA CPA/UFJF (2011-2013)

I. DOCENTES:

A. Ciências Exatas e da Terra e Engenharias:

Titular: Aloísio Antônio Alves Benício (ICE)

Suplente: Jorge Ananias Neto (ICE)

B. Ciências Biológicas e da Saúde:

Titular: Bernadete Maria de Sousa (ICB)

Suplente: João Batista Picinini Teixeira (ICB)

C. Ciências Sociais Aplicadas:

Titular: Paulo Roberto Oliveira Dias (Educação)

D. Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes:

Sem representação atualmente.

II. TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Titular: Josane Gomes Weber de Oliveira (PRORH)

Suplente: André de Lima Xandó Baptista (PRORH)

Titular: Maria dos Remédios Pereira da Silva (PROGRAD)

Suplente: Brunner Venâncio Lopes (PROGRAD)

III. DISCENTES

A. Graduação:

Titular: Alexandre Daniel da Silva Costa

B. Pós-graduação stricto-sensu:

Titular: Nélio Martins da Silva Azevedo Sasaki

IV. REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Titular: Janaina Garcia Sanches (Colégio de Aplicação João XXIII)

V. REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Titular: Danilo Pereira Pinto (SEAVI) – Presidente da CPA

Suplente: Vanderlí Fava de Oliveira (SEAVI)

VI. REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Sem representação atualmente.

1.3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUTOVALIAÇÃO 2009/2011

A atual Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Juiz de Fora, foi eleita em abril de 2011 e iniciou suas atividades em julho do mesmo ano. Para o desenvolvimento de suas atividades, a CPA tem se reunido quinzenalmente e, especialmente com vistas à elaboração deste relatório, foram desenvolvidas as seguintes etapas:

I. PREPARAÇÃO

Durante o segundo semestre de 2011, a CPA analisou a seguinte documentação:

- Lei 10.861/2004 – SINAES.
- Relatório de Avaliação in loco, realizada de 03 a 07 de agosto de 2010, por Comissão de Avaliadores do INEP.
- Relatório de Autoavaliação, elaborado pela CPA (2009/2011), para o período de 2006 a 2008.
- Instrumento de Avaliação Externa para Credenciamento e Recredenciamento de Instituições de Ensino Superior, revisado em setembro de 2010.
- PDI da UFJF elaborado para o período de 2009 a 2013.

II. DESENVOLVIMENTO

A partir do estudo da documentação foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- A partir do estudo do PDI, do relatório de avaliação do INEP (2010) e do relatório da CPA (2009/2011) referente ao período 2006/2008, foi elaborado um estudo que resultou em um documento com sugestões de correções no PDI 2009/2013, conforme anexo 1;
- Identificação e listagem de todos os dados necessários e dos órgãos responsáveis pela disponibilização das informações, que compreendem o período de 2009 a 2011, a partir dos indicadores e dos referenciais mínimos de qualidade para cada uma das dimensões. Este estudo resultou em um instrumento de coleta de dados junto à Administração Superior, anexo 2;
- Elaboração do Relatório de Autoavaliação referente ao período 2009-2011 a partir do que consta do PDI e dos relatórios dos diversos organismos da administração.

Os anexos 1 e 2 foram apresentados à Administração Superior da UFJF em reunião realizada em 30 de abril de 2012. Nesta reunião foi também apresentado o seguinte cronograma com vistas a coleta de dados junto aos diversos organismos da UFJF:

- 02 de abril (16 horas) - Reunião para definir os responsáveis pelo preenchimento de cada dimensão no relatório da CPA com vistas à formação da Comissão da Administração Superior;

Os responsáveis pela disponibilização dos dados foram definidos conforme consta do anexo 3;

- 16 de abril (09 horas) - Reunião da Comissão da Administração Superior com a SEAVI/CPA;
- Abril/Maio - Reuniões da Comissão da Administração Superior para preenchimento do instrumento de coleta de dados;

Estas reuniões foram suspensas devido a compromissos dos que participariam e foram substituídas por reuniões com os representantes de cada setor em separado.

Estas reuniões ocorreram e a SEAVI, além das orientações, ainda disponibilizou uma pasta contendo todas as informações necessárias à elaboração do relatório.

- 30 de Maio - Fechamento da coleta de dados e elaboração do relatório preliminar da CPA para ser discutido em Seminário de Autoavaliação da UFJF;

Nem todos os relatos dos organismos foram entregues, o que acabou por atrasar a elaboração do relatório final.

- Junho - Realização de Seminário de Autoavaliação da UFJF para a elaboração final do Relatório de Avaliação Trienal (2009/2011) da UFJF.

Este seminário foi suspenso devido à greve dos docentes e dos técnicos administrativos educacionais e ao atraso na entrega dos relatórios de cada organismo da Administração Superior.

- Julho - Publicação do Relatório de Autoavaliação Trienal da UFJF.

Após a elaboração deste cronograma o MEC fixou a data de 30 de junho como último dia para postagem do Relatório de Autoavaliação Trienal no sistema e-MEC.

Tendo-se em vista o não recebimento de todos os relatos dos organismos da UFJF, a SEAVI/CPA elaborou outro cronograma com vistas ao término do relatório de autoavaliação assim definido:

- 12 de junho: reunião da SEAVI/CPA com a Administração Superior;
- 15 e 20 de junho: reunião da CPA para elaboração de parecer sobre o relatório;

Nesta data a CPA aprovou o relatório final. A redação ficou a cargo da SEAVI e o texto foi enviado para todos os membros da CPA opinarem.

- 28 de junho: previsão de reunião da CPA com o Reitor para entrega do Relatório;
- 29 de junho: encaminhamento do relatório da CPA para a Procuradoria Institucional da UFJF para que seja postado no sistema e-MEC.

Os encaminhamentos posteriores do Relatório serão objeto de discussão na reunião da CPA prevista para julho de 2012.

CAPÍTULO II

CONTEXTUALIZAÇÃO DA UFJF

2.1. Dados da Mantenedora

Razão Social:	Ministério da Educação
CNPJ:	00.394.445/0188-17
Categoria Administrativa:	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal
CEP: 70047900	Município: Brasília UF: DF
Bairro: Plano Piloto	Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco L
Portal: www.emec.gov.br	E-mail: mec@mec.gov.br

2.2. Dados da Mantida

Razão Social:	Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF
CNPJ:	26 121 806 / 0001 - 21
Ato de criação:	Lei nº 3.858, de 23 de dezembro de 1960.
Ato autorizativo:	Portaria 1.105, de 28 de setembro de 1998
Recredenciamento:	Portaria MEC Nº 1441 de 7 de outubro de 2011
CEP: 36036-900	UF: MG Município: Juiz de Fora
Bairro: Martelos	Endereço: Campus Universitário UFJF
Portal: www.ufjf.edu.br	E-mail: gabinete.reitoria@ufjf.edu.br
Organização Acadêmica:	Universidade

2.3. Breve Retrospecto sobre a UFJF

Situada entre o ouro e o mar, Juiz de Fora, numa licença poética do poeta Murilo Mendes, era “um trecho de terra cercado de pianos por todos os lados”. Vocacionada à cultura desde o século XIX, a cidade, importante centro comercial e industrial, progredia admiravelmente arrebatando a crítica do escritor Arthur Azevedo, em 1907, que a considerou capital intelectual de Minas Gerais.

Afere-se a vanguarda da cidade por algumas extraordinárias e revolucionárias idéias que exigem um movimento de educação direcionado à qualificação profissional que responda à demanda de sua evolução progressista.

Neste rumo, a criação de uma universidade significaria o coroamento do valoroso movimento educacional cuja gênese nos reporta a 1860, à fundação do Colégio Roussin. Sequenciou este episódio a criação de outras expressivas instituições, sendo que algumas viriam a contribuir para a instalação do ensino superior. A história do ensino superior em Juiz de Fora se deve às instituições religiosas, a protestante Grambery e a católica Academia do Comércio, que criaram respectivamente os cursos de Farmácia, Odontologia, Direito e Engenharia.

Sob o título “Universidade de Juiz de Fora”, em 7 de dezembro de 1889, o jornal *O Pharol* estampava uma convocatória de alguns visionários industriais e educadores, que convidavam seus conterrâneos para uma reunião no salão da Câmara Municipal, a fim de se tratar da criação de uma universidade na cidade. Observe-se que, no Brasil, só se pensou a idéia de universidade na segunda década do século XX, embora houvesse isoladas faculdades e escolas.

A segunda tentativa de implantação da universidade em Juiz de Fora, conforme noticiavam os jornais locais em março de 1926, se daria pela união de Escolas de Farmácia, Odontologia e Veterinária, agrupadas a outros estabelecimentos de ensino.

A concretização dessa idéia somente viria a acontecer em 23 de dezembro de 1960, através da Lei nº 3.858, assinada pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, criando a Universidade Federal de Juiz de Fora.

A formação da instituição se deu com a agregação de estabelecimentos de ensino superior da cidade, reconhecidos e federalizados, que ofereciam os cursos de Engenharia, Medicina, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia e Odontologia. Depois, também se vincularam os cursos de Geografia, Letras, Filosofia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais e História.

Objetivando concentrar o movimento acadêmico, em 1960, criou-se a Cidade Universitária que, na década de 1970, com o advento da Reforma Universitária, passou a contar com três institutos básicos: Instituto de Ciências Exatas, Instituto de Ciências Biológicas e Instituto de Ciências Humanas e Letras.

Respondendo ao seu comprometimento com a pesquisa, em 1968, a instituição promoveu o primeiro encontro de iniciação científica que visava atuar no sentido de despertar a vocação científica e incentivar novos talentos. Sempre orientada na construção do saber, em 1999, a UFJF criou o Centro de Ciências da Saúde, que abrigou os cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Medicina.

No ano de 2006, planejando elevar a qualificação profissional dos acadêmicos da área da saúde e ampliar o atendimento à comunidade juiz-forana e regional, construiu-se um novo hospital de ensino: o Centro de Atenção à Saúde, que possui avançados equipamentos destinados ao desenvolvimento do trabalho diferenciado nos procedimentos de saúde, focando a idéia de atenção interdisciplinar. Celebrando sua expansão acadêmica, neste mesmo ano, surgem duas novas unidades acadêmicas: Faculdade de Letras e o Instituto de Artes e Design.

2.4. A UFJF na Atualidade

A Universidade Federal de Juiz de Fora constitui-se como polo científico e cultural de uma região de 2,5 milhões de habitantes no Sudeste do Estado de Minas Gerais. Seu campus possui uma área total de 1.346.793,80 metros quadrados. Criada em 23 de dezembro de 1960, por ato do então presidente Juscelino Kubitschek, a instituição atravessa um período de expansão, acompanhada da evolução em suas áreas de atuação.

Atualmente, o campus de Juiz de Fora possui 19 unidades acadêmicas, que oferecem cerca de 98 cursos de 45 graduações distintas (Fonte: CDARA). A UFJF oferece ainda 57 cursos de especialização, MBA e residência, 30 de mestrado e 14 de doutorado (Fonte: Portal da UFJF), além de Ensino Fundamental e Médio, por meio do Colégio de Aplicação João XXIII. Em 2012, a

instituição lançou seu campus avançado na cidade de Governador Valadares, na região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, com a oferta de vagas nos cursos: Medicina, Odontologia, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Direito, Economia, Administração e Ciências Contábeis. Na educação a distância, são oferecidos oito cursos de graduação e cinco de pós-graduação, abrangendo 23 polos nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

O número de vagas tem se expandido com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Respondendo, de 2008 a 2011, a esse crescimento, investiu-se R\$ 48.660.026,07 na construção de salas de aula, bibliotecas, laboratórios e na aquisição de equipamentos. A expansão projetada para o período 2009-2013 aumentará o custeio anual da UFJF em R\$ 33.927.649,74, que possibilitará a admissão de 241 professores em regime de dedicação exclusiva, 250 funcionários técnico-administrativos em educação e a concessão de bolsas de mestrado, doutorado e de assistência ao acadêmico de graduação.

O Hospital Universitário é centro de referência ao atendimento de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), numa área de abrangência que engloba mais de 90 municípios da Zona da Mata Mineira e do estado do Rio de Janeiro. O Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora desenvolve, há mais de 40 anos, um trabalho de excelência na área de saúde, em níveis primário, secundário e terciário, conjugando atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A UFJF coordena, ainda, alguns dos espaços e grupos culturais mais representativos da cidade, como o Cine-Theatro Central, Museu de Arte Moderna Murilo Mendes (MAMM) e Fórum da Cultura, além de possuir outros museus no próprio campus, como o de Arqueologia e Malacologia. Atualmente, a UFJF conta com sete museus, um teatro e dois prédios destinados à promoção de atividades artísticas e culturais.

Na área de extensão, cerca de 250 projetos estão sendo desenvolvidos em áreas como saúde, educação e direitos humanos, atendendo a um público estimado de 69.500 pessoas.

A UFJF conta com órgãos vinculados à pesquisa: Centro de Biologia de Reprodução, Centro de Pesquisas Sociais, Arquivo Histórico, Editora da UFJF, Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia, Núcleo Softex-Agrosoft e Empresas Juniores; que oferecem à comunidade acadêmica infraestrutura e profissionais qualificados para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Ainda com relação à pesquisa, a UFJF, com o objetivo de iniciar o processo de iniciação à ciência e de integração dos alunos de ensino médio com a pesquisa, oferece bolsas, programa Bolsa de Iniciação Científica Júnior, sob orientação de docentes, mestres e doutores, criando uma pirâmide de aprendizagem.

Destacam-se na área de pesquisa 12 programas de fomento, em parceria com a FAPEMIG, o CNPq e a FINEP, que contribuem na formação de indivíduos bem qualificados profissionalmente. Preocupada com o regresso dos seus recém-doutores, a UFJF lhes concede bolsas de apoio.

O apoio estudantil é um auxílio financeiro concedido ao estudante universitário, na priorização das políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo como gestora a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis através da Coordenação de Assuntos Estudantis. Atualmente, com atenção às concepções mais avançadas acerca do papel da Universidade na sociedade contemporânea e diante do novo perfil do aluno que chega a UFJF, volta-se para o objetivo de oferecer condições mais amplas de permanência e conclusão do curso de ensino superior escolhido e construção da cidadania nos diversos segmentos que compõem a comunidade discente.

A concessão do Apoio Estudantil se dá em cinco modalidades, a saber:

I – Modalidade Alimentação: O usuário tem direito a refeições gratuitas (almoço e jantar no Restaurante Universitário).

II – Modalidade Transporte: O usuário recebe vales-transporte mensalmente, mediante recarga de cartão de transporte, para deslocamento de sua residência ao Campus Universitário

durante os períodos letivos. A quantidade de vales-transporte é estipulada de acordo com seu trajeto e comprovante de matrícula.

III – Modalidade Moradia: Recebimento mensal em pecúnia, destinado ao acadêmico da UFJF oriundo de outra localidade diferente de Juiz de Fora. Essa modalidade é exclusiva para estudante que reside em Juiz de Fora em república, pensão e/ou residência familiar (de não parentes mediante pagamento de aluguel e cuja família não tenha casa própria em Juiz de Fora);

IV - Modalidade Manutenção: O acadêmico tem acesso às refeições gratuitas nos Restaurantes Universitários, transporte ida e volta centro-campus durante período letivo e recebimento mensal em pecúnia. Nessa modalidade o usuário deve dispor de 12 (doze) horas semanais, totalizando 48 (quarenta e oito) horas mensais, para desenvolver atividades em unidades da UFJF que deve estar ligadas, preferencialmente, a projetos de sua área de atuação acadêmica.

V - Mobilidade Auxílio-creche: auxílio financeiro para custeio parcial das despesas com seus dependentes legais menores de seis anos.

A Coordenação de Assuntos Estudantis proporciona ainda o atendimento de apoio pedagógico e acompanhamento psicopedagógico.

De um nascimento modesto, a UFJF avançou ao longo dos seus cinquenta e dois anos e se tornou uma instituição presente no cotidiano da cidade, compromissada com a qualificação de pessoas e sempre buscando contribuir para o alcance de uma sociedade mais justa e igualitária. Este compromisso impõe desafios que a incitam a descobrir-se no embate do tempo.

Subordinada ao tempo, juiz implacável da história, hoje, a Universidade Federal de Juiz de Fora se redescobre e renasce em si mesma proporcionando uma nova época expressa numa movimentação intensa que responde às complexidades do mundo contemporâneo.

2.5. Inserção Local e Regional da UFJF

A Universidade Federal de Juiz de Fora está localizada na cidade de Juiz de Fora, centro de influência e cidade-polo da Zona da Mata Mineira. Sua localização privilegiada, entre três capitais (a 270km de Belo Horizonte, a 180km do Rio de Janeiro e a 480km de São Paulo), a coloca como alvo estratégico do turismo de eventos e negócios. Além disso, oferece um efervescente circuito cultural e artístico, onde se incluem museus, teatros e uma agitada vida noturna, com um diferenciado leque de opções para as mais variadas exigências. Além disso, a presença da UFJF em Juiz de Fora, a torna referência na formação de pessoal altamente qualificado nas áreas da Educação, Saúde e Tecnologia.

A UFJF é uma instituição pública brasileira de ensino superior, situada em local estratégico, entre três das mais importantes capitais brasileiras. A Zona da Mata de Minas Gerais é formada por 142 municípios, pertencentes a sete microrregiões geográficas, que concentram 2,7 milhões de pessoas. Juiz de Fora é a mais importante microrregião e o maior e mais influente polo da Zona da Mata, correspondendo a 33,4% da população total e metade da participação do PIB industrial e de serviços de tal região.

Os estudos desenvolvidos pela Faculdade de Economia chegaram a um efeito multiplicador de 1,67 para os investimentos em obras, isto é, para cada R\$100 investidos são gerados na economia R\$167 de atividade econômica. Pôde-se ainda verificar que 81% do impacto desse investimento recaem sobre a economia de Juiz de Fora. Os 19% restantes são divididos para o estado de Minas Gerais (3%) e para o restante do Brasil (16%). Em Juiz de Fora, os principais setores afetados são os de comércio e serviços (que inclui a construção civil), ficando com 82% do total. O restante fica para outras indústrias (equipamentos e insumos), transportes e serviços públicos (inclui energia e saneamento). Já em relação ao impacto dos investimentos em

equipamentos, chegou-se a um efeito multiplicador ainda maior: 2,09. Portanto, para cada R\$100 investidos são gerados na economia R\$209 de atividade econômica. Para Juiz de Fora, ficam 67% do efeito total, seguido do restante do Brasil (23%) e de Minas Gerais (10%). Neste caso, o setor mais beneficiado é o da indústria.

Como visto, o orçamento da UFJF visa atender às demandas das 19 unidades acadêmicas com 98 cursos de 45 de graduações distintas e 44 cursos de pós-graduação entre mestrados acadêmicos e profissionais e doutorados. São contempladas ainda as atividades de Pesquisa e Extensão, os Cursos de Nível Médio, a Educação a Distância, bem como as unidades administrativas da Instituição.

2.6. Perfil e Missão

A existência de uma universidade justifica-se ao apresentar-se como espaço das diversidades, de reflexão crítica e de solidariedade, onde se cultiva e se aceita a diferença como um direito na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática, e ao mesmo tempo atue como ator social com forte capacidade institucional para apreender as necessidades fundamentais da sociedade visando a produção, sistematização e socialização do saber, para ampliar e aprofundar a formação do ser humano.

A UFJF tem como missão, mobilizar e disponibilizar os diferentes saberes para a promoção do desenvolvimento regional, considerando a vocação e as peculiaridades da Zona da Mata Mineira, contribuindo também para a base do desenvolvimento nacional, mantendo o compromisso com a preservação dos valores éticos, políticos, culturais, sociais e ambientais de uma sociedade pluralista, democrática e republicana com a participação e fomentação do desenvolvimento científico e tecnológico regional e nacional responsabilizando-se pela formação de cidadãos em todos os níveis de formação, em especial de recursos humanos voltados para ações no ensino, pesquisa e extensão.

2.7. Estrutura Administrativa

REITORIA

Reitor: Henrique Duque de Miranda Chaves Filho

Vice-Reitor: José Luiz Rezende Pereira

PRÓ-REITORIAS

Pró-Reitor de Assuntos Acadêmicos: Flávio Iassuo Takakura

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: Maria Elizabete de Oliveira

Pró-Reitor de Cultura: José Alberto Pinho Neves

Pró-Reitor de Extensão: Marcelo Soares Dulci

Pró-Reitor de Graduação: Eduardo Magrone

Pró-Reitor de Infraestrutura: Paschoal Roberto Tonelli

Pró-Reitora de Pesquisa: Marta Tavares D'Agosto

Pró-Reitor de Pós-Graduação:	Fernando Salgueiro Perobelli
Pró-Reitor de Planejamento e Gestão:	Alexandre Zanini
Pró-Reitor de Planejamento:	Carlos Elízio Barral Ferreira
Pró-Reitor de Finanças:	André Luiz de Lima e Cabral
Pró-Reitora de Recursos Humanos:	Jackeline Fernandes Fayer
Pró-Reitor Adjunto de Rec. Humanos:	Sebastião Luiz de Aquino Girardi
Pró-Reitor do Hospital Universitário:	Luiz Carlos Ferreira de Andrade

SECRETARIAS

Chefia de Gabinete:	Sebastião Marsicano Ribeiro Jr.
Secretaria Geral:	Basileu Pereira Tavares
Secretaria de Relações Internacionais:	Rossana Melo
Secretaria de Assuntos Administrativos:	Gessilene Zigler Foine
Secretaria de Assuntos Jurídicos:	Nilson Rogério Pinto Leão
Secretaria de Desenvol. Tecnológico:	Paulo Augusto Nepomuceno Garcia
Secretaria de Avaliação Institucional:	Vanderlí Fava de Oliveira
Secretaria de Relações Institucionais:	Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim
Secretaria de Comunicação:	Christina Ferraz Musse
Central de Atendimento:	Helder Dalamura

DIRETORES DAS UNIDADES ACADÊMICAS

Colégio de Aplicação João XXIII:	José Luiz Lacerda
Faculdade de Administração:	Marcus Vinícius David
Faculdade de Comunicação:	Marise Pimentel Mendes
Faculdade de Direito:	Marcos Vinício Chein Feres
Faculdade de Economia:	Lourival Batista de Oliveira Júnior
Faculdade de Educação:	Diva Chaves Sarmiento
Faculdade de Ed. Física e Desportos:	Edna Ribeiro Hernandez Martin
Faculdade de Enfermagem:	Girlene Alves da Silva
Faculdade de Engenharia:	Hélio Antônio da Silva
Faculdade de Farmácia e Bioquímica:	Miriam Aparecida de Oliveira Pinto
Faculdade de Fisioterapia:	Lílian Pinto da Silva
Faculdade de Letras:	Marta Cristina da Silva
Faculdade de Medicina:	Júlio Maria Fonseca Chebli
Faculdade de Odontologia:	Antônio Márcio Resende do Carmo
Faculdade de Serviço Social:	Rodrigo de Souza Filho
Instituto de Artes e Design:	Ricardo Cristóforo

Instituto de Ciências Biológicas:	Ana Paula Ferreira
Instituto de Ciências Exatas:	Rubens de Oliveira
Instituto de Ciências Humanas:	Eduardo Salomão Condé

2.8. Quadro Resumo de Pessoal

Técnicos Administrativos Educacionais (Formação)

Doutorado	12
Mestrado	82
Especialização	468
Graduado	210
Médio	363
Fundamental	27
Fundamental Incompleto	86
TOTAL	1248

FONTE: Base de dados SIGA-RH - Arquivo-Espelho SIAPE - Dezembro de 2011.
Coordenação de Administração de Pessoal (CAP/PRORH)

Quantitativo de Docentes (Vínculo e Titulação)

EFETIVOS	Graduados	18 (*)
	Especialistas	62
	Mestres	274
	Doutores	754
	Total	1.108
NÃO EFETIVOS	Substitutos	96
	Outros	88
	Total	184
Total Geral		1.292

(*) Parte destes docentes foram contratados antes das atuais exigências legais, e outros mais recentes foram contratados com autorização do MEC (caráter de excepcionalidade).

FONTE: Base de dados SIGA-RH - Arquivo-Espelho SIAPE - Dezembro de 2011.
Coordenação de Administração de Pessoal (CAP/PRORH)

Regime de trabalho do corpo docente:

	Tempo Parcial	Tempo Integral	Total
EFETIVOS	53	1.055	1.108
NÃO EFETIVOS	6	178	184
Total	59	1.233	1.292

FONTE: Base de dados SIGA-RH - Arquivo-Espelho SIAPE - Dezembro de 2011.
Coordenação de Administração de Pessoal (CAP/PRORH)

ESTUDANTES (matriculados no 2º semestre de 2011)

Doutorado	285
Mestrado	1.164
Especialização	Sem registro
Graduação Presencial	11.783
Graduação EAD	1.347
Mobilidade Nacional	4
Convênio Internacional	9
Disciplinas isoladas	239
TOTAL GERAL	14.831

Fonte: CDARA/SIGA

CAPÍTULO III

ANÁLISE E PARECER DA CPA/UFJF

DIMENSÃO 1

A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Esta dimensão visa avaliar se as propostas constantes do PDI estão sendo adequadamente implementadas, com as funções, os órgãos e os sistemas de administração e gestão adequados ao funcionamento dos cursos e das demais ações existentes, e à efetiva implantação das ações e dos cursos previstos; e se os resultados da autoavaliação e das avaliações externas são adequadamente utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI, e se são constatadas a existência de ações acadêmicas e administrativas consequentes aos processos avaliativos.

Indicador	O que consta no PDI	Cumprimento PDI				Info Adm
		não	parc	sim	além	
1.1 - Implementação do PDI, considerando as metas e as ações institucionais prevista e a estrutura e os procedimentos administrativos.	(1.1)		X		(AI11)	--
1.2 - Articulação entre o PDI e os processos de Avaliação	Instituir mecanismos contínuos de avaliação institucional		X		(AI12)	--

(AI11) Criação do Campus de Governador Valadares e participação no Consórcio das IFES mineiras.

(AI12) Implantação da Secretaria de Avaliação Institucional (SEAVI).

O QUE CONSTA DO PDI

(1.1) As tabelas a seguir apresentam os objetivos específicos para o período de 2009-2014 que constam do PDI.

Metas	Cumprimento		
	Sim	Parc	Não
Ampliar o acesso ao Ensino Superior Público.	X		
Formular um Projeto Pedagógico Institucional (PPI).			X
Formular e executar, norteada pelo critério contemporâneo do conhecimento, a política editorial de obras de natureza acadêmica nas diversas áreas do conhecimento.	X		
Fomentar e implementar o uso de novas tecnologias e novas metodologias de ensino, como a Educação a Distância, no processo ensino-aprendizagem.	X		
Divulgar resultado de investigações e conferir visibilidade a reflexões que transmitam o conhecimento, a história social, econômica e cultural do homem.	X		
Promover novas oportunidades de capacitação, formação e aperfeiçoamento.	X		
Fomentar ações conjuntas com outras universidades e também com entidades não universitárias, governamentais ou não e entidades empresariais, contemplando a pesquisa científica, tecnológica e de inovação.		X	

Instituir mecanismos contínuos de autoconhecimento e avaliação institucional.	X		
Promover a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade em todos os níveis do conhecimento.		X	
Integrar graduação e pós-graduação.		X	
Intervir no desenvolvimento local e regional por meio de projetos de pesquisa e extensão socialmente referenciados.		X	
Aprofundar o processo democrático por meio da crítica às relações de poder e opressão aos grupos marginalizados e/ou minorias.	X		
Promover reflexões sobre a sociedade brasileira, seus problemas e perspectivas de modo a desenvolver e valorizar a cultura nacional.		X	
Estabelecer e implementar políticas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que permitam interação da comunidade acadêmica e a sociedade.		X	
Conquistar, manter e ampliar a excelência no ensino.	X		
Participar ativamente dos esforços ligados aos programas de parceria público-privada.	X		
Estabelecer e implementar uma política de promoção social orientada pelo ideal de inclusão.	X		

Metas - Graduação	Cumprimento		
	Sim	Parc	Não
Ampliar a oferta de vagas nos cursos de graduação.	*1		
Criar a Faculdade de Fisioterapia – FACFISIO.	X		
Reorganizar institucionalmente a relação dos alunos da graduação com os agentes externos (estágio, escolas do ensino médio etc.).		X	
Reformar o Regimento Acadêmico da Graduação (RAG).		*2	
Reestruturar os programas de apoio à graduação (bolsas).	X		
Consolidar a implantação de reformas que promovam maior flexibilidade, mobilidade e inovações tecnológicas e pedagógicas nos cursos de graduação.		X	

*1 – Programa REUNI

*2 – Em elaboração

Metas - Pós-graduação	Cumprimento		
	Sim	Parc	Não
Consolidar os Programas de Pós-Graduação (Stricto e Lato Sensu) na UFJF.		X	
Rever as taxas dos cursos de Especialização da UFJF de modo a atender estudantes e professores, promovendo a maior participação de toda comunidade.		X	
Criar processos de avaliação interna dos Programas de Pós-Graduação da UFJF, como ação para diagnosticar e corrigir rumos, com a finalidade de que possam conseguir conceitos melhores junto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.			X
Viabilizar recursos humanos e financeiros através dos Programas de Apoio à Pós-graduação tais como Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP e Programas de Apoio a Programas de Pós-Graduação - APG da UFJF de modo a torná-los consolidados, eficazes, viáveis e autossustentáveis.	X		
Envidar esforços para viabilizar a informação científica no âmbito da UFJF, em conjunto com a Pró-Reitoria de Pesquisa - PROPESQ/UFJF na aquisição de livros, revistas, manutenção do Portal de Periódicos CAPES e outros mais.		X	
Fortalecer a cooperação e internacionalização dos Programas de Pós-Graduação da UFJF, atuando em parceria com a Coordenação de Relações internacionais (CRI) da UFJF.		X	

Metas - Pesquisa	Cumprimento		
	Sim	Parc	Não
Expandir a capacidade de pesquisa, o fortalecimento e a consolidação da Pós-Graduação stricto sensu, em torno das quais se agregam e organizam os grupos de pesquisa da instituição.		X	
Melhorar a infraestrutura física dos laboratórios de pesquisa da UFJF.	*1		
Aumentar a produção científica e a qualidade dos veículos de divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas na UFJF.		X	
Estimular e apoiar ações e projetos multidisciplinares, priorizando investimentos em laboratórios multiusuários.		X	
Adequar laboratórios de pesquisa aos padrões de referência nacional.		X	
Aumentar o número de alunos em Programas de Iniciação Científica.	X		
Articular a organização de docentes em novos programas de pós-graduação.			
Ampliar o intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais.		X	
Ampliar a divulgação de oportunidades de fomento e de apoio aos pesquisadores.			
Modernizar e ampliar a estrutura de dados da PROPESQ.		X	

*1 - Melhorias contínuas

Metas - Extensão e Cultura	Cumprimento		
	Sim	Parc	Não
Desenvolver ações editoriais que traduzam a tradição cultural e acadêmica da UFJF.		X	
Promover a aproximação da cultura erudita e cultura popular por ações que renovem o compromisso da UFJF com os processos de formação de cidadania.		X	
Romper os obstáculos existentes entre a prática da cultura na UFJF e a cultura produzida na cidade.		X	
Conferir à UFJF o papel de ator zeloso preocupado com a produção cultural regional e norteador de políticas culturais públicas inclusivas e de resgate da memória.		X	
Incentivar e divulgar a produção cultural universitária.		X	

Metas - Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico	Cumprimento		
	Sim	Parc	Não
Estabelecer uma política institucional para inovação.		X	
Consolidar os processos de inovação tecnológica e transferência de tecnologia.		X	
Definir e coordenar políticas de participação da UFJF em Arranjos Produtivos Locais e no Parque Tecnológico.		X	
Promover a gestão de propriedade intelectual.		X	
Revitalizar parcerias estratégicas antigas e construir novas.		X	
Estabelecer e programar uma estrutura de gestão da propriedade intelectual.		X	

Metas - Recursos Humanos	Cumprimento		
	Sim	Parc	Não
Efetuar o planejamento da força de trabalho da UFJF, envolvendo o dimensionamento de docentes, técnico-administrativos em educação (TAE), trabalhadores terceirizados, bolsistas e estagiários, a fim de adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais.		X	
Promover e gerenciar atividades relacionadas à vida funcional e manutenção da folha de pagamento dos servidores públicos do quadro de pessoal, compreendendo otimizações e customizações do sistema informatizado de informações gerenciais e cadastro, gerando maior transparência e confiabilidade aos servidores.	*1		
Propiciar oportunidades de desenvolvimento do docente e do servidor técnico-administrativo em educação na carreira, através de ações de capacitação, qualificação e "feedback", gerando uma mudança cultural que conduza a efetiva inserção destes no	X		

planejamento e na execução de seu trabalho e, conseqüentemente, criar condições para o desenvolvimento institucional.			
Promover e proteger a integridade física e mental do trabalhador por meios de desenvolvimento de ações de vigilância dos riscos dos agravos e da organização e prestação da assistência aos trabalhadores, compreendendo procedimentos de diagnóstico, tratamento e reabilitação de forma integrada.	X		
Humanizar as relações entre a Administração Superior e todos os servidores da UFJF, criando canais de comunicação efetivo.		X	

1 – Ações contínuas

Metas - Planejamento e Gestão	Cumprimento		
	Sim	Parc	Não
Prover a UFJF com a manutenção dos prédios em todos os aspectos.	*1		
Controlar e fiscalizar obras que serão executadas por empresas terceirizadas.	*1		
Fiscalizar empresas terceirizadas de limpeza e segurança.	*1		
Administrar os almoxarifados (central e HU) da UFJF.	*1		
Planejar orçamento, espaços físicos e expansão nos aspectos físicos e acadêmicos.	*1		
Implementar uma modernização administrativa da UFJF.		X	
Viabilizar ações das ias fins.	*1		
Dar suporte de planejamento e estudos estratégicos para a melhoria do funcionamento das atividades meio (processos licitatórios, transporte e estruturas de manutenção).	*1		
Acompanhar e gerir os dados e metas institucionais.	*1		
Fazer o controle financeiro planejado pela área de Planejamento.	*1		
Coordenar e gerir os convênios e contratos.	*1		
Executar os procedimentos orçamentários e financeiros.	*1		
Administrar o patrimônio da Universidade.	*1		

*1 – Ações contínuas

INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

As informações foram obtidas através de consulta a documentos disponíveis na SEAVI, no portal da Universidade e outros que foram elaborados por organismos da Administração Superior da UFJF, além do conhecimento que os membros da CPA detém sobre a Instituição.

ANÁLISE

1.1 – Implementação do PDI

Esta CPA elaborou um documento sugerindo correções no PDI 2009/2013, conforme anexo 2. Realizou uma reunião com a Administração Superior da UFJF para apresentação deste documento anexo, quando foram discutidos pontos que deveriam constar no novo PDI.

Com relação à missão, a instituição vem desenvolvendo atividades coerentes com as propostas e conceitos definidos para tal. Já o PDI apresenta-se parcialmente satisfatório e desatualizado quando confrontado com o que vem sendo desenvolvido.

Foi possível verificar que a Instituição vem cumprindo suas metas de expansão, não só física, mas também que contemplam a comunidade com um aumento no número de vagas e cursos para o ingresso na Universidade, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Além disso, vem buscando melhoria na qualidade da formação em seus diversos níveis, apoio a projetos de pesquisa e extensão, adequação do quadro de docentes e servidores técnico-administrativos, adequação tecnológica das Unidades Acadêmicas e da administração e realização de projetos sócio-culturais.

A Instituição apresenta ações, obras e projetos em andamento e em fase final de implantação que são resultado de uma filosofia de trabalho planejada para o crescimento, aderindo à política de democratização da educação superior no país.

De outro lado, verifica-se que no PDI, as grandes metas e ações da UFJF, encontram-se diluídas entre os diversos objetivos previstos para os distintos organismos da UFJF. O mais adequado seria estabelecer as grandes metas e reservar aos diversos organismos a implementação das ações decorrentes destas. Também não há no PDI previsão de acompanhamento, revisão ou adequação deste Plano.

1.2 – Articulação PDI e Avaliação

A articulação entre o PDI e os processos de avaliação institucional não foi considerada durante o período de avaliação (2009-2011). O relatório de autoavaliação referente ao período de 2007 a 2008, conforme relato de membros da CPA deste período e como pode ser observado por esta CPA, teve como característica predominante registrar as informações sobre a gestão, não explicitando claramente como as metas do PDI e suas diversas ações se desenvolveram em função dos indicadores previstos nas dimensões do SINAES. Registre-se ainda que a CPA(2009/2011) não chegou a um consenso sobre a metodologia a ser aplicada para a avaliação das dimensões.

Também não foram verificadas no PDI, as diretrizes para a articulação entre a autoavaliação e as metas e ações da UFJF, nem tampouco proposta de divulgação dos resultados da avaliação e como estes resultados seriam utilizados para induzir melhorias na Instituição. De outro lado, verifica-se que os relatórios de avaliações de cursos, em alguns casos, são considerados pelos coordenadores na busca de melhorias para as atividades acadêmicas.

PROPOSIÇÕES

Indicador	Propostas de inserção no PDI
1.1 - Implementação do PDI, considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos.	<ul style="list-style-type: none"> • Diretriz de revisão/avaliação do PDI. • Definir ações de divulgação e acompanhamento do PDI. • Definir metas (macros) da Instituição – cronograma de implementação. • Apresentar os dados sobre o Campus Governador Valadares. • Esclarecer sobre o Consórcio das IFES Mineiras (objetivos, características, participantes etc.)
1.2. Articulação entre o PDI e os processos de Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Explicitar a influencia da autoavaliação nas ações acadêmico-administrativas. • Propor a divulgação e discussão da autoavaliação.

PARECER

Esta CPA conclui que a UFJF vem cumprindo as metas estabelecidas no seu PDI, como também realizando propostas não previstas e que são de grande relevância para a instituição. Entretanto, ainda precisa avançar na consecução de outras metas propostas, expressando assim um quadro **SIMILAR** ao referencial mínimo de qualidade.

DIMENSÃO 2

A política para o ensino (graduação e pós-graduação) presencial e EAD, a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

Esta dimensão tem por objetivos verificar se as políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas pela IES estão coerentes com o PDI; se as atividades realizadas nos cursos de graduação e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade presencial e a distância, garantem os referenciais mínimos de qualidade desses cursos; se as atividades realizadas nos cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), na modalidade presencial e a distância, resultam de diretrizes de ações, são acessíveis ao conhecimento da comunidade, observam rigorosos critérios de qualidade e estão adequadamente implantadas e acompanhadas; além disso, se a IES possui pelo menos 04 (quatro) programas de pós-graduação stricto sensu, todos recomendados pela CAPES, havendo, dentre estes, no mínimo, um curso de doutorado; se as atividades de pesquisa e de iniciação científica resultam de diretrizes de ações, e estão adequadamente implantadas e acompanhadas, com participação de número significativo de professores e estudantes; se as atividades de extensão resultam de diretrizes de ações adequadamente implantadas e acompanhadas; além disso, se verifica-se a sua relevância acadêmica, científica e social no entorno institucional, e a sua vinculação com a formação acadêmica do aluno.

Indicador	O que consta no PDI	Cumprimento				Info Adm
		não	parc	sim	além	
2.1. Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais.	(2.1)			X		(IA21)
2.2. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade <u>presencial</u> , e suas formas de operacionalização.	(2.2)			X		(IA22)
2.3. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade a <u>distância</u> , e suas formas de operacionalização .	(2.3)			X		(IA23)
2.4. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização (igual forma para faculdades, universidades e centros universitários).	(2.4)		X			(IA24)
2.5. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização.	(2.5)			X		(IA25)
2.6. Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização.	(2.6)			X		(IA26)
2.7. Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social.	(2.7)			X		(IA27)

O QUE CONSTA DO PDI

Constam como objetivos gerais da UFJF:

- Conquistar, manter e ampliar a excelência no ensino;
 - Estabelecer e implementar políticas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que permitam interação da comunidade acadêmica e a sociedade;
 - Promover a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade em todos os níveis do conhecimento;
 - Integrar graduação e pós-graduação;
 - Intervir no desenvolvimento local e regional por meio de projetos de pesquisa e extensão socialmente referenciados.
- (2.1) Manter a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão; propiciar uma formação e atuação acadêmicas que valorizem o desenvolvimento científico, sócio-econômico, político e cultural do país; fomentar e implementar o uso de novas tecnologias e novas metodologias de ensino, como a Educação a Distância, no processo ensino-aprendizagem; promover a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade em todos os níveis do conhecimento; conquistar, manter e ampliar a excelência no ensino;
- (2.2) Ampliar a oferta de vagas nos cursos de graduação; criar a Faculdade de Fisioterapia - FACFISIO; reorganizar institucionalmente a relação dos alunos da graduação com os agentes externos (estágio, escolas do ensino médio etc.); reformar o Regimento Acadêmico da Graduação (RAG); reestruturar os programas de apoio à graduação (bolsas); consolidar a implantação de reformas que promovam maior flexibilidade, mobilidade e inovações tecnológicas e pedagógicas nos cursos de graduação; formular um Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- (2.3) Ampliar a oferta de cursos de licenciatura a distância, tais como Física, Química, Matemática; colaborar na elaboração do RAG; criar cursos de língua estrangeira a distância; implantar e oferecer o curso de Licenciatura em Informática - modalidade a distância; ampliar o uso de ferramentas na área de odontologia para educação a distância;
- (2.4) Consolidar os Programas de Pós-Graduação (stricto e lato sensu) na UFJF; rever as taxas dos cursos de Especialização da UFJF de modo a atender estudantes e professores, promovendo a maior participação de toda comunidade; criar processos de avaliação interna dos Programas de Pós-Graduação da UFJF, como ação para diagnosticar e corrigir rumos, com a finalidade de que possam conseguir conceitos melhores junto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; viabilizar recursos humanos e financeiros através dos Programas de Apoio à Pós-graduação tais como Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP e Programas de Apoio a Programas de Pós-Graduação - APG da UFJF de modo a torná-los consolidados, eficazes, viáveis e auto-sustentáveis; envidar esforços para viabilizar a informação científica no âmbito da UFJF, em conjunto com a Pró-Reitoria de Pesquisa - PROPESQ/UFJF na aquisição de livros, revistas, manutenção do Portal de Periódicos CAPES e outros mais; fortalecer a cooperação e internacionalização dos Programas de Pós-Graduação da UFJF, atuando em parceria com a Coordenação de Relações Internacionais (CRI) da UFJF;
- (2.5) Oferecer a especialização em Gestão da Educação a distância – modalidade a distância; implantar e oferecer a especialização em Gestão da TI – modalidade a distância;
- (2.6) Expandir a capacidade de pesquisa, o fortalecimento e a consolidação da Pós-Graduação stricto sensu, em torno das quais se agregam e organizam os grupos de pesquisa da instituição; melhorar a infraestrutura física dos laboratórios de pesquisa da UFJF; aumentar a produção científica e a qualidade dos veículos de divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas na UFJF; estimular e apoiar ações e projetos multidisciplinares, priorizando investimentos em laboratórios multiusuários; adequar laboratórios de pesquisa aos padrões de referência nacional; aumentar o número de alunos em Programas de Iniciação Científica; articular a organização de docentes em novos programas de pós-graduação; ampliar o intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais; ampliar a divulgação de oportunidades de fomento e de apoio aos pesquisadores; modernizar e ampliar a estrutura de dados da PROPESQ;
- (2.7) Desenvolver ações editoriais que traduzam a tradição cultural e acadêmica da UFJF; promover a aproximação da cultura erudita e cultura popular por ações que renovem o compromisso da UFJF com os processos de formação de cidadania; romper os obstáculos existentes entre a prática da cultura na UFJF e a cultura produzida na cidade; conferir à UFJF o papel de ator zeloso preocupado com a produção cultural regional e norteador de políticas culturais públicas inclusivas e de resgate da memória; incentivar e divulgar a produção cultural universitária.

INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

(IA21) A Pró-Reitoria de pesquisa (PROPESQ) da UFJF é a responsável pela formulação, implementação e gerenciamento das questões relativas e de suporte à pesquisa. Desenvolve ações coerentes com os documentos oficiais (PDI), através do plano de desenvolvimento de pesquisa da UFJF, que é discutido amplamente com a comunidade acadêmica, através dos comitês assessores, que definem critérios, avaliam projetos e estabelecem prioridades para a implementação dos Programas de Iniciação Científica e de Apoio à Pesquisa.

A UFJF procura consolidar a política de extensão vigente e expandir as ações extensionistas de acordo com o Plano Nacional de Extensão que estabelece oito áreas temáticas a saber: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Saúde, Educação, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção e Trabalho. Entre 2009 e 2011 a PROEX procurou incentivar e estimular professores de diferentes áreas temáticas a desenvolverem ações extensionistas.

Dados PROEX	2009	2010	2011
Números de projetos de extensão desenvolvidos	238	257	325

(IA23) O CEAD oferece sete cursos de graduação, sendo dois bacharelados e seis licenciaturas, além de seis especializações, um mestrado profissional e dois aperfeiçoamentos utilizando a plataforma virtual “MOODLE”, principal ambiente de veiculação do processo de ensino aprendizagem da EAD na UFJF, o qual proporciona a criação de uma didática colaborativa que, associada às interfaces interativas do espaço, propiciam um aprendizado reflexivo, dialógico e autoral e, encontros presenciais com carga horária total de 45 horas. Sistemas de informação e comunicação, material didático impresso ou em formato multimídia (dados, imagem e som) entre outras tecnologias apropriadas ao processo de ensino/aprendizagem vem sendo usadas amplamente em diversos cenários do contexto educacional.

Ano	CURSOS
2009	Bacharelado em Administração Pública; Especialização em Gestão Pública Municipal Especialização em Gestão Pública de Organizações de Saúde;
2010	Licenciatura em Computação; Aperfeiçoamento em atividades físicas para pessoas com deficiência; Bacharelado em Administração Pública (Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique)
2011	Mestrado Profissional em Matemática; Especialização em Planejamento e Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde;
2012	<u>Graduação</u> – licenciatura em Computação, Física, Química, Matemática, Pedagogia, Educação Física (previsto para 2012) <u>Pós-graduação:</u> Esportes e atividades físicas para pessoas portadoras de deficiências; Gestão do meio ambiente: educação, direito e análise ambiental; Gestão pública municipal; Gestão pública municipal de órgãos de saúde; Tecnologia de informação e comunicação no ensino fundamental (previsto para 2012) Educação para as relações étnico raciais (previsto para 2012)

(IA24) A política institucional de pós-graduação é no sentido de ampliar e consolidar o sistema de Pós-graduação da UFJF dentro das seguintes esferas: criação de cursos, consolidação dos cursos existentes (meta do PDI), criação de mecanismo de avaliação/acompanhamento dos programas de pós-graduação (meta do PDI) e institucionalização dos programas de apoio à Pós-graduação da UFJF. Para a consolidação de cursos já existentes busca-se a institucionalização das Ações de Pós-graduação no âmbito da UFJF; fortalecimento do acervo de pós-graduação da UFJF; fortalecimento dos laboratórios de pós-graduação da UFJF; fomento a internacionalização das pesquisas no âmbito da pós-graduação da UFJF; aumento do número de bolsas de monitoria de pós-graduação da UFJF; equiparação dos valores de bolsas de monitoria de pós-graduação da UFJF com o valor pago pelas

agências de fomento; criação de uma assessoria acadêmica; elaboração de novo formulário para criação de disciplinas de PG de acordo com as exigências da CAPES; os processos de avaliação são feitos através de visitas a todos os programas de pós-graduação da UFJF a fim de se construir um diagnóstico do sistema de pós-graduação da UFJF.

No que tange aos cursos de pós-graduação lato sensu estes foram tratados de acordo com a Resolução 32/2011 de 08 de agosto de 2011 que regulamenta a pós-graduação lato sensu da UFJF (presencial e a distância). Exemplo: Programa de Residência, Residência Médica e Residência Multiprofissional como forma de cursos de especialização; a resolução 33/2011 do CONSU trata de regras administrativas e da gestão dos cursos de pós-graduação lato sensu na UFJF além da revisão das taxas nos cursos de especialização;

Ano	Cursos de Pós-graduação Implementados
2009	Mestrado em Educação Matemática (ICE)
2010	Mestrado em Ambiente Construído; Mestrado em Ciências Farmacêuticas; Mestrado em Enfermagem; Mestrado em Gestão da Avaliação da Educação Pública; Mestrado Acadêmico em Matemática.
2011	Doutorado em Ciências Biológicas- Imunologia/Genética e Biotecnologia (ICB); Doutorado em Ecologia (ICB); Mestrado em Ciências da Computação (ICE); Doutorado em Economia Aplicada; Doutorado em História (IGH); Mestrado em Geografia (ICH); Doutorado em Modelagem Computacional (ICE);

(IA25) O Conselho Superior da UFJF regulamenta através da Resolução 32/2011 de 08 de agosto de 2011 as atividades de pós graduação lato sensu da UFJF e a Resolução 33/2011 de 31 de outubro de 2011 estabelece regras administrativas e de gestão para os cursos de pós graduação lato sensu da UFJF.

(IA26) A Pró-Reitoria de pesquisa (PROPESQ) da UFJF é responsável pela formulação, implementação e gerenciamento das questões relativas e de suporte à pesquisa. Além do Comitê Institucional do PIBIC/CNPq, há sete Comitês Assessores, conforme área de conhecimento do CNPq, compostos por professores doutores que são democraticamente indicados por seus pares. Estes comitês definem critérios, avaliam projetos e estabelecem prioridades para a implementação dos programas gerenciados pela PROPESQ, quais sejam, Programas de Iniciação Científica e de Apoio à Pesquisa.

A definição de políticas e a formulação do planejamento das atividades e programas de pesquisa e pós-graduação, após ampla passagem por todas as instâncias da Instituição, retornam ao âmbito dos Departamentos ou dos núcleos de pesquisa, que se organizam em grupos interdepartamental/interinstitucional e lançam-se aos desafios da proposição de novos programas de Pós-graduação, novas frentes de pesquisa e novos desafios de inovação tecnológica.

Para ampliar a interface da PROPESQ com a comunidade acadêmica especialmente com os pesquisadores, foi implantado em 2011 o Fórum de Pesquisa, com existência aprovada no Conselho Setorial de Pós-graduação e Pesquisa.

A UFJF, a cada ano, amplia seus investimentos nos Programas de Iniciação Científica (IC), que em 2011 atingiram 450 bolsas internas, além das cotas institucionais pela FAPEMIG e CNPq.

Em 2011, a UFJF investiu R\$11 milhões na compra de livros, e-books, CDs e DVDs, e na modernização e reestruturação de bibliotecas, criando novas unidades, além de R\$151.367,85 (FAPEMIG) destinados à aquisição de livros técnicos-científicos para a pós-graduação.

Em cinco anos (2007-2011), o aporte de recursos do Pró-equipamentos CAPES contabilizou cerca de R\$4milhões. Durante esse período a captação de recursos avançou, destacando-se os obtidos em projetos e bolsas no CNPq, cerca de R\$18 milhões, e na FAPEMIG mais de R\$40 milhões, dos quais cerca de R\$13 milhões em 2011. Ao final de 2011, no edital Universal/Fapemig foram recomendados

R\$1,1 milhão para 43 projetos. Esse incremento pode ser atribuído ao aumento do número de doutores na Instituição.

A UFJF está fortemente inserida na região de sua abrangência, sendo membro fundador da Agência de Desenvolvimento de Juiz de Fora e Região e parceira de arranjos produtivos locais. No que tange à articulação regional, faz parte das seguintes Redes Mineiras: Inovação e Propriedade Intelectual, Farmacologia e Toxicologia, Bioterismo, Bioinformática e Química.

Dentre outros programas estão o da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica, o Parque Científico e Tecnológico de Juiz de Fora, o Programa de Incentivo à Inovação - PII (2 edições). A UFJF é a instituição sede e coordenadora de um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) e do Instituto Nacional de Energia Elétrica - INERGE.

PROGRAMAS DE APOIO À PESQUISA:

- Programa de Apoio ao Recém-Doutor (Enxoval) - avaliado e reestruturado.
- Programa de Apoio à Consolidação de Grupos de Pesquisa da UFJF – avaliado e suspenso. Substituído pelo Programa de Apoio a Grupos de Pesquisa da UFJF.
- Programa de Apoio à Publicação. Implantado em 2007
- Programa de Apoio à Divulgação Científica Discente
- Programa de Apoio à Divulgação Científica Docente
- Programa de Apoio à Organização de Eventos Científicos na UFJF
- Bolsa de Apoio às Atividades de Fomento à Pesquisa de Curta Duração
- Programa de Apoio à Instalação de Doutores na UFJF – Implantado em 2010

PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA:

BIC/UFJF, PROVOQUE/UFJF, PIBIC/CNPq, PIBIC (Ações Afirmativas/CNPq), PIBITI/CNPq (iniciado na UFJF em 2011), PROBIC/FAPEMIG, PROBIC JR/FAPEMIG

BIC/UFJF (relacionados aos Programas de Apoio):

Recém-doutor

Consolidação de Grupos de Pesquisa

Instalação de Doutores na UFJF - Implantado em 2010

PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Sanduíche na Graduação – cota com 40 bolsas do CNPq – Implantado pelo Governo Federal em 2011, gerenciado pela PROPESQ.

XVII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFJF – 19 a 21 de outubro de 2011

O Seminário de Iniciação Científica da UFJF é um evento anual organizado pela PROPESQ que objetiva divulgar os resultados dos trabalhos de iniciação científica desenvolvidos na UFJF, com a participação de estudantes da graduação e do ensino médio. Os bolsistas vinculam-se aos diversos Programas de Iniciação Científica gerenciados pela PROPESQ com recursos da UFJF (BIC, Apoio ao recém-doutor, Apoio à Consolidação de Grupos de Pesquisa, Instalação de Doutores e Provoque), da FAPEMIG (PROBIC e PROBIC Júnior) e do CNPq (PIBIC e PIBIC Af).

Na 17ª edição do Seminário de Iniciação Científica da Universidade Federal de Juiz de Fora foram apresentados 472 trabalhos, em 181 projetos, avaliados por professores da UFJF e por 11 profissionais de diversas outras universidades e instituições de pesquisa, conforme a área do conhecimento.

Dados dos Programas de Iniciação Científica – PROPESQ/UFJF

Modalidade	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
PIBIC/CNPq	100	135	147	148	148
PROBIC/FAPEMIG	100	120	120	120	120
BIC/UFJF	180	300	300	300	400
ENXOVAL/UFJF	15	15	15	0	15
APOIO A GRUPOS/UFJF	0	20	20	0	20
INSTALAÇÃO DE DOUTORES	0	0	53	50	50
Total Graduação	395	590	655	618	753
BIC-Jr	20	0	0	0	0
PROBIC-Jr	40	80	80	60	70
Total Ensino Médio	60	80	80	60	70
	455	670	735	678	823

Fonte: PROPESQ

(IA27) Quanto à política de extensão e suas formas de operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social, a PROEX procurou incentivar e estimular professores de diferentes áreas temáticas a desenvolverem ações extensionistas; avaliou as normas e resoluções que regulamentam a extensão; aprimorou o programa de participação estudantil e bolsas de extensão; avaliou o impacto dos programas e projetos de extensão; fortaleceu a inserção local, regional e nacional da Universidade, buscando novas parcerias com outras instituições públicas, privadas e do terceiro setor, bem como intensificou as já existentes. Ao invés da criação da revista de extensão online, optou-se em 2009 por elaborar um informativo da extensão com tiragem de 1000 exemplares e periodicidade bimestral, atualmente em sua 14ª edição. Divulgou a produção extensionista da UFJF incentivando a participação e apoiando a produção de eventos; manteve e ampliou a proposição de projetos que contribuíram para a geração de emprego e renda, que durante o período de 2009 a 2011 implantaram a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP) que apoiou 15 projetos de economia solidária; implementação de uma política institucional de captação de recursos alocados para o edital 07/2011 da ordem de R\$2 milhões de reais definidos pela FAPEMIG.

ANÁLISE**2.1. Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais.**

Pode-se verificar coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas pelas UFJF com as descritas no PDI.

2.2. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais, na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização.

A Instituição promove a realização de atividades complementares, estágios curriculares, seminários, trabalhos realizados nas diversas disciplinas dos diferentes cursos, articuladores da relação teoria e prática, bem como na participação em atividades acadêmico-científicas visando o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico dos discentes.

2.3. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais, na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização.

Em 2012, a UFJF oferece cursos de graduação (licenciatura em Computação, Física, Química, Matemática, Pedagogia e com a previsão de implantação do curso de licenciatura

em Educação Física) e pós graduação (Esportes e atividades físicas para pessoas portadoras de deficiências, Gestão do meio ambiente: educação, direito e análise ambiental, Gestão pública municipal, Gestão pública municipal de órgãos de saúde; e com previsão de oferecimento de outros dois cursos, a saber, Tecnologia de informação e comunicação no ensino fundamental e Educação para as relações étnico raciais) na modalidade de Ensino a distância, sendo as vagas ofertadas pelo Centro de Educação a Distância (CEAD). Para atender a demanda crescente de matrículas de seus cursos de graduação e pós-graduação lato sensu a UFJF atende a 25 polos.

A UFJF vem cumprindo seus objetivos, ampliando o acesso ao ensino superior público e de qualidade, com a ampliação do número de vagas e cursos, além de fomentar e implementar o uso de novas tecnologias e novas metodologias de ensino-aprendizagem .

2.4. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização (igual forma para faculdades, universidades e centros universitários).

2.5. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização.

Verifica-se que as atividades realizadas nos cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), na modalidade presencial e a distância resultam de diretrizes de ações, são acessíveis ao conhecimento da comunidade, observam rigorosos critérios de qualidade e estão adequadamente implantadas e acompanhadas.

Em 2011 foram implementados 5 novos cursos de doutorado e 2 de mestrado.

2.6. Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização.

As atividades de pesquisa e de iniciação científica resultam de diretrizes de ações, e estão adequadamente implantadas e acompanhadas, com participação de número significativo de professores e estudantes. Verifica-se satisfatório número de bolsistas de Iniciação Científica e de projetos com financiamento externo. A UFJF promove seminários de iniciação científica e sua produção é satisfatória.

2.7. Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social.

A UFJF desenvolve diversas atividades extensionistas e também convênios beneficiando e interagindo com toda comunidade externa e interna. As atividades de extensão resultam de diretrizes de ações adequadamente implantadas e acompanhadas; além disso, verifica-se a sua relevância acadêmica, científica e social no entorno institucional, e a sua vinculação com a formação acadêmica do aluno.

A Instituição possui em torno de mil convênios com diversas organizações públicas e privadas tanto nacionais como internacionais para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, de extensão e de prestação de serviços em praticamente todos os setores – atividades de ensino pesquisa e extensão.

PROPOSIÇÕES

Indicador	Proposta de inserção do PDI:
2.1. Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais	<ul style="list-style-type: none"> • Programas de incentivo – bolsas, capacitação, participação em eventos, publicações. • Programa de apoio aos estudantes – permanência, eventos, publicações etc. • Órgãos de interação com a comunidade – transferência de tecnologia. • Contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local e regional. • Sistemática de avaliação dos projetos/programas de ensino, pesquisa e extensão.
2.2. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade <u>presencial</u> , e suas formas de operacionalização	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de estágios, programa de monitoria, programa de nivelamento, regulamentação de TCC; Programa de bolsas; Programa de mobilidade acadêmica e Programa de intercâmbio etc. Elaborar o PPI e RAG (P2.3)
2.3. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização.	<ul style="list-style-type: none"> •
2.4. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização (igual forma para faculdades, universidades e centros universitários).	<ul style="list-style-type: none"> •
2.5. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização.	<ul style="list-style-type: none"> •
2.6. Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização.	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de IC; Programa de bolsas de pesquisa; convênios, programa de publicações; programa de apoio a atividades científicas, culturais, artísticas etc.
2.7. Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de bolsas de extensão; programa de apoio a atividades com a comunidade etc.

(P2.3) Definir o perfil dos egressos, competências desejadas nos egressos; perfil dos ingressantes; definir as características gerais dos cursos; mecanismos de avaliação, tais como: acompanhamento das atividades complementares e atividades integralizadoras; TFC e estágios preconizados nos PPC's; implantação de mecanismos que garantam uniformidade de avaliações das unidades (disciplina, módulos, atividades complementares) desenvolvidas no âmbito dos cursos; implantação de processos contínuos de avaliação, parcial e final, do cumprimento dos programas dos diversos conteúdos das disciplinas e sua atualização, quando necessário, bem como correção de pré-requisitos e atualização de ementas bibliográficas.

PARECER

Os indicadores avaliados configuram um quadro **SIMILAR** ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

DIMENSÃO 3

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

Esta dimensão tem por objetivos verificar se as ações de responsabilidade social praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI; se as relações da IES com os setores da sociedade resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas, incluindo ações para o desenvolvimento sócio-econômico e educacional da região; se as ações da IES com vistas à inclusão social resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas; se as ações da IES com vistas à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da produção artística resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas.

Indicador	O que consta no PDI	Cumprimento PDI				Info Adm
		não	parc	sim	além	
3.1. Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais	(3.1)	X				
3.2. Relações da IES* com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho.	(3.2)		X			
3.3. Relações da IES* com a sociedade: inclusão social.	(3.3)		X			
3.4. Relações da IES* com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural	(3.4)		X			(IA34)

O QUE CONSTA DO PDI

(3.1) Constam as seguintes metas:

- Fomentar ações conjuntas com outras universidades e também com entidades não universitárias, governamentais ou não e entidades empresariais, contemplando a pesquisa científica, tecnológica e de inovação.
- Intervir no desenvolvimento local e regional por meio de projetos de pesquisa e extensão socialmente referenciados.
- Aprofundar o processo democrático por meio da crítica às relações de poder e opressão aos grupos marginalizados e/ou minorias.
- Promover reflexões sobre a sociedade brasileira, seus problemas e perspectivas de modo a desenvolver e valorizar a cultura nacional.
- Participar ativamente dos esforços ligados aos programas de parceria público-privada.
- Estabelecer e implementar uma política de promoção social orientada pelo ideal de inclusão.

(3.2) Fomentar ações conjuntas com outras universidades e também com entidades não universitárias, governamentais ou não e entidades empresariais, contemplando a pesquisa científica, tecnológica e de inovação.

Participar ativamente dos esforços ligados aos programas de parceria público-privada.

Constam no PDI os seguintes objetivos:

- Estabelecer uma política institucional para inovação;
- Consolidar os processos de inovação tecnológica e transferência de tecnologia;
- Definir e coordenar políticas de participação da UFJF em Arranjos Produtivos Locais e no Parque Tecnológico;
- Promover a gestão de propriedade intelectual;

- Revitalizar parcerias estratégicas antigas e construir novas;
- Estabelecer e programar uma estrutura de gestão da propriedade intelectual.

(3.3) Estabelecer e implementar uma política de promoção social orientada pelo ideal de inclusão.

Propostas de ações da UFJF no que tange à política de educação inclusiva:

- 1 – Permitir o acesso de todas as pessoas ao vestibular, disponibilizando todos os recursos necessários e adaptando os espaços físicos institucionais.
- 2 - Equipar adequadamente a instituição: criação de uma biblioteca digital e com materiais pedagógicos impressos em Braille; implementação da comunicação alternativa nos diversos espaços da universidade; oferecimento de cursos de libras; cursos de informática e curso de inglês para surdos; promoção de projetos esportivos e de lazer para as pessoas com deficiência.
- 3 – Permitir livre acesso ao campus, através de veículos adaptados e sinal sonoro na travessia principal do campus; telefone público adaptado; lixeiras adaptadas; instalação de rampas e/ou elevadores externos nas principais edificações e aquisição de mobiliários adaptados.
- 4 – Promover cursos de qualificação profissional para TAE's para um melhor atendimento e convívio com pessoas com deficiência.
- 5 - Promover campanhas de divulgação sobre os potenciais e os direitos das pessoas com deficiência.

(3.4) Aprofundar o processo democrático por meio da crítica às relações de poder e opressão aos grupos marginalizados e/ou minorias.

Promover reflexões sobre a sociedade brasileira, seus problemas e perspectivas de modo a desenvolver e valorizar a cultura nacional.

Além disso, constam no PDI os seguintes objetivos:

- Desenvolver ações editoriais que traduzam a tradição cultural e acadêmica da UFJF;
- Promover a aproximação da cultura erudita e cultura popular por ações que renovem o compromisso da UFJF com os processos de formação de cidadania;
- Romper os obstáculos existentes entre a prática da cultura na UFJF e a cultura produzida na cidade;
- Conferir à UFJF o papel de ator zeloso preocupado com a produção cultural regional e norteador de políticas culturais públicas inclusivas e de resgate da memória;
- Incentivar e divulgar a produção cultural universitária.

INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

(IA34) Os principais resultados das ações e projetos de responsabilidade socioambiental que estão sendo realizados pela assessoria da PROACAD são:

- △ Criação do grupo UFJF sustentável – Grupo composto por diferentes representantes da comunidade acadêmica, entre eles, alunos, professores e TAEs. Possui como objetivo realizar discussões com a finalidade de oferecer subsídio para a elaboração da política institucional de Meio Ambiente da UFJF.
- △ Estudo para a criação do “Banco de Reutilizáveis – Partindo de discussões do grupo UFJF Sustentável, nasceu a idéia da construção de um “Banco de Reutilizáveis”, que terá como objetivo centralizar informações a respeito de equipamentos, móveis, produtos etc., que não estão sendo utilizados, para que possam ser aproveitados por outras unidades que os demandem.
- △ Estudos para a implementação de Compras Públicas Sustentáveis – Construção de uma “máscara” dos Aspectos Jurídicos e Institucionais das Compras Públicas Sustentáveis, com o intuito de dar suporte na construção de Termos de Referência, juntamente com órgãos e técnicos da área, baseado na Agenda Ambiental da Administração Pública.
- △ Elaboração da metodologia de Diagnóstico que irá embasar a Construção da Política de Responsabilidade Socioambiental da UFJF.
- △ Realização de ações de Educação Ambiental - Promoção de ações e campanhas educativas que disseminem a conscientização ambiental para a comunidade acadêmica e partes interessadas. Exemplos: Campanhas contra o desperdício na utilização de copos descartáveis, realizadas pelo RU.

- △ Realização de Eventos sobre Sustentabilidade - Realização de eventos de conscientização, sensibilização e articulação à respeito da temática do meio ambiente, visando diminuir o consumo de energia elétrica, desperdício de água, produção de resíduos e sustentabilidade (Ex.: Evento UFJF Iniciativas Sustentáveis)
- △ Criação de Redes Sociais: Ferramentas de comunicação para informar, sensibilizar e conscientizar a comunidade acadêmica e externa sobre temáticas de meio ambiente e sociais.
- △ Criação da Comissão da Coleta Seletiva Solidária, com o objetivo de:
 - a) Realizar o Diagnóstico de Resíduos
 - b) Definir logística da Coleta Seletiva
 - c) Sensibilização do Público
 - d) Definição da cooperativa ou associação de catadores beneficiada
 - e) Implantação
 - f) Avaliação e Monitoramento
- △ Elaboração da Campanha de Combate ao Desperdício de Alimentos no Restaurante Universitário: Elaboração de ações para o Projeto de Campanha de Combate ao Desperdício de Alimentos do RU, juntamente com a DENJUD (empresa fornecedora de refeições no RU) e representantes do RU, visando contribuir para a formação humana e cidadã dos alunos e reduzir a quantidade de resíduos orgânicos produzidos no Campus.

As principais propostas de ações a serem implantadas pela PROACAD:

- △ Projeto UFJF para Todos, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão e Direção da Faculdade de Odontologia - que visa articular a universidade com as comunidades dos municípios de Juiz de Fora, da Zona da Mata e Campo das Vertentes, envolvendo os alunos da graduação e professores em ações nas áreas de saúde, responsabilidade social, meio ambiente e sustentabilidade, trabalho, educação, esportes, lazer, entre outras, resgatando a cidadania
- △ Projeto UFJF Cidadã - visa promover ações interdisciplinares, integradas e cidadãs junto aos municípios, possibilitando a teorização e o exercício da prática pelos estudantes e o desenvolvimento econômico, político e social das cidades atendidas.
- △ Projeto Atividades Culturais no Campus - visa oferecer ações e atividades culturais no campus com o objetivo de mapeamento e divulgação da produção artística da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) como também oferecer momentos de lazer e descontração; integrar alunos, servidores e professores e incentivar a formação cultural da comunidade acadêmica (Ex.: projeto de apresentações musicais e exposições de artes visuais no Restaurante Universitário)
- △ Projeto Trote Solidário - tem como objetivo acolher os calouros e envolver a comunidade acadêmica em práticas de cunho social, se configurando como uma alternativa menos agressiva que os trotes convencionais. Atualmente, foi realizada a pesquisa sobre as práticas de outras Universidades, para entender o funcionamento do trote e fazer as adaptações necessárias para a dinâmica deste na UFJF. Na próxima fase serão analisados os quesitos necessários para a padronização do trote e como ele será implementado nas faculdades.
- △ Projeto Selo ou Certificação de Responsabilidade Social - visando fornecer uma formação ética, humana e cidadã para os alunos da UFJF e incentivar práticas de cunho socioambiental. O presente projeto busca certificar diferencialmente os universitários que participarem de programas, projetos e ações ligados à temática da responsabilidade social.
- △ Projeto Tablets - A implantação dos tablets no sistema de ensino da UFJF visa inserir a tecnologia a favor da educação. Com o tablet, os alunos poderão ter acesso rápido a vários livros e artigos que estarão disponíveis em meio digital. O aluno chegará às salas de aula já com todo o conteúdo didático que será utilizado pelo professor em aula. Além de ser benéfico ao meio ambiente, evitando a grande utilização de papel para a impressão e xerox de livro. Para a implantação do projeto é necessário além da compra dos tablets, a instalação de uma rede maior e mais acessível de Internet banda larga e wi-fi. Também é necessário um curso de capacitação para professores e alunos saberem como lidar com a nova tecnologia em sala de aula.
- △ Projeto TV Interna no RU - visa a implantação de TVs de circuito fechado nos Restaurantes Universitários da UFJF e tem como objetivo principal oferecer um canal estruturado e eficaz de comunicação entre a universidade e a comunidade acadêmica. Além disso, visa a redução do desperdício de papel utilizado para a confecção de panfletos de divulgação. A TV será um meio sustentável de informação, campanhas de conscientização e divulgação de eventos e projetos, além de ser uma forma de entretenimento. Já existe na universidade tecnologia e equipamento necessário para a implantação do projeto.

Sob o aspecto de relevância social a Pró-Reitoria de Cultura tem publicado obras, tais como o livro Ismael Nery e Murilo Mendes: reflexos de autoria das professoras Leila Maria Fonseca Barbosa e Marisa Rodrigues Timpone Pereira e também o livro Arlindo Daibert: fortuna crítica, organizado por Júlio Castañon Guimarães. Criou o Projeto Cinemamm que promove a inserção do cinema no

MAMM; organizou eventos para exposição no MAMM além de diversas atividades em conjunto com a Fundação Museu Mariano Procópio sempre visando atender e promover políticas de democratização cultural norteadas pelo princípio de que a cultura é uma força social de interesse coletivo. Desenvolveu o Projeto Diálogos Abertos que promove entrevistas e depoimentos com personalidades juiz-foranas relevantes por sua contribuição à cultura, arte e política da cidade, abrangendo sua trajetória profissional e pessoal. Esses depoimentos, ao final de cada ano, serão reunidos numa publicação a ser distribuída a bibliotecas públicas, com objetivo de alcançar a preservação da memória da cidade. O coral Universitário da UFJF (Coruni) tem por objetivo a divulgação da produção musical regional, nacional e internacional e o estímulo à produção e ao desenvolvimento musical na comunidade acadêmica.

ANÁLISE

3.1. Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais

As ações de responsabilidade social praticadas pela Instituição não estão plenamente coerentes com o PDI. As relações da UFJF com os setores da sociedade não estão adequadamente implantadas e acompanhadas. As ações previstas para a inclusão social ainda não estão plenamente implantadas e acompanhadas.

Em relação à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da produção artística as ações da Instituição resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas.

3.2. Relações da IES* com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho.

A Instituição adota ações de responsabilidade social para auxiliar o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida da população do município, visando desenvolver e transferir tecnologia para o setor privado, provocando a geração de riqueza e desenvolvimento social.

O Parque Tecnológico, localizado próximo à BR-040 pretende ser referência regional para empresas, centros públicos e privados de pesquisa, desenvolvimento e inovação e prestadores de serviços tecnológicos complexos.

3.3. Relações da IES* com a sociedade: inclusão social.

A UFJF possui uma Coordenação de Acessibilidade, com vistas a mapear todas as pessoas com necessidades especiais, sejam elas do corpo administrativo, docente ou discente e promover a busca de um convívio inclusivo dentro da instituição, criando condições de acessibilidade para os serviços institucionais. Entretanto, apesar dos esforços em solucionar os principais problemas existentes, ainda existem barreiras arquitetônicas para os portadores de necessidades especiais.

3.4. Relações da IES* com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

A UFJF contribui com a cultura regional e nacional assegurando o fomento da produção e das manifestações culturais de forma compartilhada com outros setores criativos da sociedade; estimula a formação e a ampliação do mercado de trabalho na área cultural e a preservação da memória cultural regional.

No que tange ao Meio Ambiente a UFJF, vem implementando ações como o Jardim Botânico e o Jardim Sensorial.

PROPOSIÇÕES

Indicador	Propostas
3.1. Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais	Deve constar no PDI além das ações de responsabilidade social, os mecanismos de acompanhamento; as políticas de defesa do ambiente, patrimônio cultural e produção artística.
3.2. Relações da IES* com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho.	Deve constar no PDI as políticas de relação da IES com a sociedade e inserção dos egressos no mercado de trabalho; relatar os órgãos (Parque tecnológico, CRITT, SEDETEC, dentre outros) e operacionalização.
3.3. Relações da IES* com a sociedade: inclusão social.	Inserir as ações, as políticas institucionais e os mecanismos de acompanhamento da inclusão social.
3.4. Relações da IES* com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural	Inserir no PDI as ações de defesa da cultura e meio ambiente, tais como: Jardim Botânico, MAM, Pró música, Museu, Cine Theatro Central, Coral UFJF, Centro de Ciências, dentre outros. Explicitar os principais órgãos de proteção ao patrimônio cultural e ao meio ambiente da UFJF – missão, objetivos, suas atividades etc.

PARECER

Os indicadores avaliados configuram um quadro **AQUEM** do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

DIMENSÃO 4

A comunicação com a sociedade

Esta dimensão tem por objetivos verificar se as ações de comunicação com a sociedade praticada pela IES estão coerentes com o PDI; se os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa funcionam adequadamente, são acessíveis às comunidades interna e externa e possibilitam a divulgação das ações da IES; se a ouvidoria está implantada, funciona segundo padrões de qualidade claramente estabelecidos, dispõe de pessoal e infraestrutura adequados, e os seus registros e observações são efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas.

Indicador	O que consta no PDI	Cumprimento PDI				Info Adm
		não	parc	sim	além	
4.1 – Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais.	(4.1)			x		(IA41)
4.2 - Comunicação interna e externa.						(IA42)
4.3 - Ouvidoria						(IA43)

O QUE CONSTA DO PDI

Nada consta no PDI sobre a política de comunicação com a sociedade praticada pela UFJF, sobre seu Sistema de Informação e Gestão Acadêmica e sobre a ouvidoria.

(4.1) Objetivos:

Formular e executar, norteadas pelo critério contemporâneo do conhecimento, a política editorial de obras de natureza acadêmica nas diversas áreas do conhecimento

Divulgar resultados de investigações e conferir visibilidade a reflexões que transmitam o conhecimento, a história social, econômica e cultural do homem.

INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

(IA41) A Secretaria de Comunicação (SECOM) abastece a comunicação através de diversas vozes combinando o interesse público com o institucional para fomentar e fortalecer a comunicação com a sociedade sempre procurando atender os objetivos traçados no PDI que são defender a educação enquanto um bem público, garantindo a qualidade de formação de pessoas em todos os níveis e áreas de conhecimento; incentivar, gerar e consolidar a produção de novos conhecimentos.

Além disso, a SECOM tem como objetivos formular e executar, norteadas pelo critério contemporâneo do conhecimento, a política editorial de obras de natureza acadêmica nas diversas áreas do conhecimento; divulgar resultado de investigações e conferir visibilidade a reflexões que transmitam o conhecimento, a história social, econômica e cultural do homem.

(IA42) A comunicação interna e externa é feita através do portal da UFJF (www.ufjf.br – com visibilidade anual para mais de 120 países); de 2009 a 2011 foram publicadas aproximadamente 1500 notícias com mais de 1 milhão de visitação a cada ano; em 2011 foi criada a revista A3, de jornalismo científico e cultural, que tem periodicidade semestral e tiragem de 10 mil exemplares, que divulga e discute as pesquisas, projetos de extensão, atividades culturais e institucionais relacionadas à UFJF; criação de mídias sociais twitter:www.twitter.com/ufjfnoticias; www.twitter.com/UFJFvestibular;

www.youtube.com/TVUFJF e facebook (www.facebook.com/souUFJF). Além disso, a UFJF dispõe de uma central de atendimento à comunidade interna e externa.

O Sistema de Informação e Gestão Acadêmica (SIGA) trata da comunicação interna da UFJF entre docentes, discentes e os diversos órgãos, com diversas funcionalidades, atendendo satisfatoriamente a demanda da comunidade acadêmica.

A SECOM atende as solicitações internas de criação de materiais impressos, mídias digitais e projetos de identidade visual, o desenvolvimento de layout e gestão web do portal da instituição; a cobertura audiovisual de eventos científicos, culturais e esportivos; a produção de cerca de 50 vídeos por ano; o planejamento de execução de campanhas institucionais; o planejamento e seleção de veículos para publicidade legal e institucional; além da roteirização e execução de spots de rádio e filmes publicitários para TV; promoção de eventos, tais como cerimoniais, calourada, colação de grau, entrega da Medalha JK, seminário “Repensar a Universidade; projeto UFJF iniciativas sustentáveis; corrida Rústica, apoio a 115 eventos ao ano.

A UFJF disponibiliza servidor de e-mail para a comunidade interna.

(IA43) A ouvidoria funciona no prédio da Reitoria com infraestrutura e pessoal adequados.

A ouvidoria busca o diálogo através de manifestações telefônicas e presenciais e também de urnas distribuídas em pontos estratégicos, recebendo e analisando as reclamações solicitações, consultas e sugestões dos usuários internos e externos encaminhando as mesmas aos setores competentes.

A ouvidoria possui regimento próprio nº 48/96 CONSU, garantindo a sua autonomia; a ouvidora foi nomeada pela Resolução nº 36/2009 do CONSU.

A ouvidoria possui formulários e registros próprios.

ANÁLISE

4.1 – Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais.

Durante a avaliação, a CPA pode observar que a coerência das ações de comunicação com a sociedade está além das políticas constantes dos documentos oficiais (PDI). A UFJF possui canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa que funcionam de forma bastante adequadas e satisfatórias.

4.2 - Comunicação interna e externa.

A Instituição conta com diversos serviços na área de comunicação (www.ufjf.br; www.facebook.com/souUFJF). Desenvolve também programas e ações de comunicação e dissemina as informações relacionadas à UFJF, possui portal, revistas, radio universitária dentre outros. Dentre as várias ferramentas de comunicação existentes na Instituição destacam-se a rádio e TV universitária.

O SIGA disponibiliza a alunos, técnicos administrativos, gestores e professores uma série de funcionalidades acadêmico-administrativas que visam agilizar os processos internos. Através de seu portal a universidade dá a comunidade acesso aos núcleos e serviços oferecidos, ao calendário acadêmico e informações, atualizadas diariamente, sobre cursos, eventos e publicações. Sendo ainda, através deste, realizadas as inscrições para os processos seletivos e divulgadas todas as informações aos candidatos, tais como: edital, resultados, orientações e matrícula.

4.3 - Ouvidoria

A ouvidoria, criada em 5/09/1996 através da resolução 48/96 do CONSU, está implantada, funciona segundo padrões de qualidade claramente estabelecidos, dispõe de pessoal e

infraestrutura adequados e os seus registros e observações são efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas, pois mantém um elo entre a comunidade acadêmica e administração, contribuindo para a gestão institucional participativa. Alunos, professores, funcionários e público externo podem se manifestar com sugestões, reclamações ou denúncias. As pessoas são atendidas, presencialmente, por telefone ou por e-mail.

PROPOSIÇÕES

Indicador	Propostas de inserção no PDI
4.1 – Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais.	<ul style="list-style-type: none">• Definir diretrizes para a comunicação de uma maneira geral
4.2 - Comunicação interna e externa.	<ul style="list-style-type: none">• Explicitar canais e diretrizes de ação
4.3 - Ouvidoria	<ul style="list-style-type: none">• Definir as diretrizes gerais da Ouvidoria

PARECER

Os indicadores avaliados configuram um quadro **MUITO ALÉM** do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

DIMENSÃO 5

As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho

Esta dimensão tem por objetivos verificar se as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e as condições de trabalho praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.

Para Universidades e Centros Universitários: se o corpo docente da IES tem experiência profissional e acadêmica adequadas às políticas constantes nos documentos oficiais da IES e 100% têm formação mínima em nível de pós-graduação lato sensu; desses, 70% possuem formação mínima em nível de pós-graduação stricto sensu e pelo menos 20% possuem o título de doutor.

Para Universidades: se as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas, se o Plano de Carreira Docente está implementado e difundido na comunidade acadêmica, estando a IES em consonância com a legislação vigente no que se refere a regime de trabalho, ou seja, um terço do corpo docente em regime de tempo integral (Lei 9.394/1996 – Art. 52).

Verificar se o perfil (formação e experiência) e as políticas de capacitação do corpo técnico-administrativo estão adequados às políticas constantes dos documentos oficiais da IES e o Plano de Cargos e Salários, homologado por órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, está implementado e difundido.

Verificar se o corpo de tutores presenciais tem, no mínimo, graduação na área objeto da tutoria e as políticas para a sua capacitação estão implementadas e acompanhadas. E se o corpo de tutores a distância tem, no mínimo, graduação na área objeto da tutoria e as políticas para a sua capacitação estão implementadas e acompanhadas.

Indicador	O que consta no PDI	Cumprimento PDI				Info Adm
		não	parc	sim	além	
5.1. Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.	(5.1)		X			(IA51)
5.2. Formação do corpo docente.				X		(IA53)
5.3. Condições institucionais para os docentes	(5.2), (5.3), (5.4), (5.5)			X		(IA52), (IA54), (IA55)
5.4. Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo.				X		
5.5. Formação do corpo de tutores presenciais* e suas condições institucionais				X		(IA56)
5.6. Formação do corpo de tutores a distância* e suas condições institucionais				X		

O QUE CONSTA DO PDI

(5.1) Efetuar o planejamento da força de trabalho da UFJF, envolvendo o dimensionamento de docentes, técnico-administrativos em educação (TAE), trabalhadores terceirizados, bolsistas e estagiários, a fim de adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais.

- (5.2) Promover e gerenciar atividades relacionadas à vida funcional e manutenção da folha de pagamento dos servidores públicos do quadro de pessoal, compreendendo otimizações e customizações do sistema informatizado de informações gerenciais e cadastro, gerando maior transparência e confiabilidade aos servidores.
- (5.3) Propiciar oportunidades de desenvolvimento do docente e do servidor técnico-administrativo em educação na carreira, através de ações de capacitação, qualificação e “feedback”, gerando uma mudança cultural que conduza a efetiva inserção destes no planejamento e na execução de seu trabalho e, conseqüentemente, criar condições para o desenvolvimento institucional.
- (5.4) Promover e proteger a integridade física e mental do trabalhador por meios de desenvolvimento de ações de vigilância dos riscos dos agravos e da organização e prestação da assistência aos trabalhadores, compreendendo procedimentos de diagnóstico, tratamento e reabilitação de forma integrada.
- (5.5) Humanizar as relações entre a Administração Superior e todos os servidores da UFJF, criando canais de comunicação efetiva.

INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

(IA51) A Pró-Reitoria de Recursos Humanos informa que no ano de 2010 houve um contrato para a realização de estudos relativos ao dimensionamento da força de trabalho desta Universidade (Processo nº 230071.010470/2010-23). Entretanto, ainda estamos em processo de discussão com relação ao modelo de previsão de demanda de pessoal. Os problemas existentes não foram agravados e ainda existe a discussão com relação às perdas históricas e a necessidade de gerenciar devidamente o tema, o que torna a conclusão do estudo supracitado fundamental.

Mesmo com a ausência de um instrumento matemático para análise, os dados históricos bem como as demandas cotidianas nos apontam para a existência de defasagem quantitativas e qualitativas do quadro de pessoal, mesmo porque, a expansão da universidade devido ao REUNI, apresentou um desafio quanto à adequação dos novos servidores. Assim, várias ações visando à capacitação e qualificação dos mesmos vem sendo implementadas. Também o Programa de Avaliação de Desempenho para os TAEs constitui um instrumento importante para minimizar os impactos dessa defasagem.

(IA52) A PRORH, por meio da Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas (CCDP) tem se empenhado em investir na formação e capacitação de seu público interno, pois considera que esse investimento é parte do compromisso social da Instituição, além de trazer reflexos positivos no ambiente organizacional, nas atividades desenvolvidas pelos servidores e na forma de atendimento ao público interno e externo à UFJF.

A CCDP elabora e divulga o Calendário Anual de Atividades de Capacitação, que apresenta atividades presenciais, a distância e semipresenciais, planejadas por meio de levantamento de necessidades e em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional que traduz as áreas de competências da UFJF.

(IA53) A UFJF conta com 1.292 professores (dados de 2011), sendo 1.108 efetivos e dentre estes, 68,1% são doutores, 24,7 % são mestres, 5,6% são especialistas e 1,6% (18 professores) são graduados. Quanto ao regime de trabalho, dos 1.292 professores 95,4% são de tempo integral e 4,6 % são de tempo parcial. Desse total de professores da UFJF o Ensino Básico, Técnico e Tecnológico conta com um corpo de 94 docentes, 100% em DE, com 1 (0,94 %) graduado, 9 (9,57%) especialistas, 66 (70,21%) mestres e 18 (19,14%) doutores.

A CCDP elabora e divulga o Calendário Anual de Atividades de Capacitação. As atividades de capacitação promovidas pela CCDP distribuem-se entre seminários, visitas técnicas, palestras, oficinas e cursos. As áreas, por ora, contempladas são Informática, Gestão Estratégica, Gestão Pública Universitária, Gestão Hospitalar, Relações Humanas, Atendimento ao Público, Qualidade, Ética, Direito Administrativo, Intra-empresarialismo no Trabalho, Criatividade, Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental, Promoção da Saúde, Segurança Alimentar, Segurança no Trabalho e Primeiros Socorros, Oratória, Atualização em Língua Portuguesa, Língua de Sinais Brasileira. A PRORH fez também uma parceria com a Faculdade de Letras e com a Pró-Reitoria de

Graduação para o oferecimento aos servidores, de cursos em Línguas Estrangeiras Instrumentais: Inglês, Francês, Italiano, Espanhol e Latim, em vários níveis.

As vagas anuais das atividades de capacitação oferecidas estão descritas na Tabela abaixo:

Tabela - Vagas Oferecidas em Atividades de Capacitação

Ano	Vagas
2007:	540
2008:	3.480
2009:	2.130
2010:	2.947
2011:	1.993

Fonte: Calendário de Atividades de Capacitação, anos 2007 a 2011 e documentos internos da PRORH (PRORH 2011).

Para dar suporte às atividades de gerenciamento da capacitação foi também desenvolvido um módulo RH/CAPACITAÇÃO no SIGA.

Com relação à qualificação, fazem parte do Programa de Apoio à Qualificação: a isenção total da taxa de inscrição do vestibular e a destinação de 10% (dez por cento) das vagas em cursos de especialização lato sensu da UFJF, de forma gratuita, para servidores. Tem-se também a aprovação da Resolução 40, no Conselho Superior (CONSU), em 20 de dezembro de 2010, regulamentando a concessão de bolsas para servidores cursarem Graduação, em instituições exclusivamente particulares e Pós-Graduação stricto sensu, em instituições públicas ou privadas, com ou sem afastamento do serviço, como forma de ajuda de custo.

(IA54) Programas/ações para melhoria da qualidade de vida de TAE's e docentes: a PRORH, por meio da Coordenação de Saúde, Segurança e Bem Estar (COSSBE) empenha-se em investir na melhoria da qualidade de vida de seus servidores, dessa forma alguns programas, como os citados a seguir, são implementados com o fim de alcançar esta melhoria.

Programa de ginástica laboral integrado (PGLI) da UFJF - Desenvolvido em parceria com a Faculdade de Educação Física. Envolve seis bolsistas do curso de Educação Física vinculados ao Programa de Treinamento Profissional, com o objetivo de desenvolver uma programação de exercícios físicos leves, preparatórios, compensatórios e/ou mesmo relaxantes junto aos servidores, nos próprios locais de trabalho, visando diminuir ou eliminar o estresse físico e emocional provocado pela intensificação do trabalho.

Programa de atenção primária à saúde dos servidores (PAPSS) - Tem como objetivo principal a promoção de saúde através de campanhas educativas procedimentos de prevenção de doenças, tais como imunização controle de PA, Diabetes e Obesidade. Vinculado a Gerencia de Saúde da Família/COSSBE.

Programa de preparação para aposentadoria – LIBERTÁ - O Libertá tem como objetivo geral ser um programa de preparação para a aposentadoria para servidores pré-aposentados ou aposentados da UFJF a fim de contribuir para que essas pessoas criem estratégias de enfrentamento, ferramentas, internas ou externas, de manutenção da qualidade de vida nesta nova etapa da vida.

Plano de saúde – Unimed/UFJF - A UFJF tem entre os benefícios oferecidos a seus servidores e pensionistas o Plano de Saúde constante do contrato nº 101/2008, firmado entre a Universidade e a Operadora de Plano de Saúde Unimed.

(IA55) A PRORH, por meio da CCDP, aplicou uma pesquisa de clima organizacional, em um projeto piloto, com os servidores da própria Pró-Reitoria, visando mapear o grau de satisfação no trabalho, assim como fornecer subsídios para projetos de melhorias institucionais. Essa pesquisa teve um resultado satisfatório, mostrando que os servidores da PRORH estão motivados para o trabalho e para as mudanças de paradigmas.

(IA56) Os tutores presenciais recebem, além da capacitação inicial para atuação na tutoria, capacitação continuada, com o objetivo de debater sobre a atuação da tutoria nos polos e aproximá-los da instituição e da coordenação do curso.

A fim de otimizar a capacitação dos tutores, o CEAD tem como política a manutenção de um banco de tutores a distância. Como a função do tutor não é estável, inevitavelmente existe uma alta

rotatividade desses profissionais, e sua substituição demandaria a abertura frequente de novos editais, com a conseqüente necessidade de capacitação imediata dos selecionados. A existência de um Banco de Reserva dá agilidade no processo e, com isso, os alunos podem continuar contando com a atuação desses atores praticamente de forma ininterrupta. A constituição do Banco de Reserva de Tutores tem como referência uma margem de 20% da quantidade de tutores capacitados, em relação ao número de tutores que atuam e atuarão na Universidade Aberta do Brasil (UAB).

ANÁLISE

5.1. Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.

A política de pessoal, a carreira do corpo docente e TAE's seguem as regras do serviço público federal.

5.2. Formação do corpo docente.

A formação do corpo docente atende a legislação. Apesar de se verificar no quadro docente 18 professores graduados, estes ingressaram no serviço público antes da vigência da obrigatoriedade de todos os docentes terem no mínimo especialização, conforme informações da Pró-Reitoria de Recursos Humanos.

5.3. Condições institucionais para os docentes.

5.4. Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo.

O Plano de cargos e salários dos docentes e TAE's está implantado e difundido na comunidade. Há um programa de melhoria da qualidade de vida dos docentes e TAE's. Existe um amplo programa de capacitação dos TAE's.

Existem ações de capacitação docente que são esporádicas, no entanto, falta um programa efetivo de capacitação e atualização didático-pedagógica que seja contínuo em acordo com as exigências atuais.

Existem estudos no sentido de adequar a formação e ao dimensionamento da força de trabalho da UFJF apesar das perdas históricas.

5.5. Formação do corpo de tutores presenciais* e suas condições institucionais

5.6. Formação do corpo de tutores a distância* e suas condições institucionais

Há plano de capacitação para os tutores presenciais e a distância que formam o banco de tutores da UFJF.

PROPOSIÇÕES

Indicador	Propostas
5.1. Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-	Explicitar os critérios de seleção, as formas de ingresso e progressão na carreira; programas de

<p>administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.</p>	<p>apoio (creche, transporte, RU etc.); relação formação com atividade profissional; a avaliação das condições de trabalhos; avaliação de desempenho dos docentes e TAEs. Políticas de capacitação e de avaliações de desempenho. Pesquisas e/ou estudos sobre docentes com as condições de trabalho, recursos, formação dosTAE's. Política para apoio a participação em congressos e similares para docentes e TAE's. Envolvimento de TAE's com pesquisa e extensão. Avaliações de desempenho. Pesquisas e/ ou estudos sobre a satisfação dos TAE'scom as condições de trabalho, recursos, formação TAE's. Programa de capacitação didático-pedagógica dos docentes.</p>
<p>5.2. Formação do corpo docente.</p>	<p>N.º de publicações por docente; experiência profissional no magistério superior e fora dele.</p>
<p>5.3. Condições institucionais para os docentes.</p>	
<p>5.4. Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo.</p>	
<p>5.5. Formação do corpo de tutores presenciais* e suas condições institucionais</p>	
<p>5.6. Formação do corpo de tutores a distância* e suas condições institucionais</p>	

PARECER

Embora não constem dos documentos oficiais, de uma maneira geral, as políticas de pessoal; seguem a legislação do serviço público federal. As metas do PDI foram cumpridas em sua grande maioria.

Foram encontrados 18 graduados, dentre eles alguns que ingressaram na universidade antes das atuais exigências legais e outros que foram contratados por razões de excepcionalidades, no entanto, a Instituição deve tomar as providências para capacitá-los com vistas ao atendimento às atuais exigências legais.

Sugere-se a implantação de um programa efetivo de capacitação didático-pedagógica para os docentes.

Os indicadores avaliados configuram um quadro **SIMILAR** ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

DIMENSÃO 6

Organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Esta dimensão tem por objetivo verificar se a organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios estão coerentes com o PDI; se a gestão institucional se pauta em princípios de qualidade, e resulta de diretrizes de ações; se o funcionamento e a representatividade dos Conselhos Superiores e o funcionamento e a representatividade nos colegiados de curso, ou equivalentes, cumprem os dispositivos regimentais e estatutários.

Indicador	O que consta no PDI	Cumprimento PDI				Info Adm
		não	parc	sim	além	
6.1. Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais	(6.1)		X			(IA61)
6.2. Gestão Institucional.				X		
6.3. Funcionamento representação e autonomia dos Conselhos Superiores.				X		
6.4. Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.				X		

O QUE CONSTA DO PDI

(6.1) Metas constantes no PDI:

- Implementar uma modernização administrativa da UFJF;
- Acompanhar e gerir os dados e metas institucionais.

INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

(IA61) A Universidade Federal de Juiz de Fora tem em sua estrutura organizacional, de acordo com o estatuto da UFJF, os órgãos do Colegiado Superior (formado pelo Conselho Superior, Conselho Setorial de Administração e Recursos Humanos, Conselho Setorial de Extensão e Cultura, Conselho Setorial de Graduação, Conselho Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa), Reitoria (formada pelo Reitor, Vice-Reitor, Chefe de Gabinete e Secretário Geral), Pró-Reitorias (Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, Pró-Reitoria de Cultura, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Planejamento, Pró-Reitoria de Recursos Humanos, Pró-Reitor de Infraestrutura, Pró-reitor de Finanças e Pró-Reitor do Hospital Universitário), Secretarias (Secretaria de Relações Internacionais, Secretaria de Assuntos Administrativos, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, Secretaria de Avaliação Institucional, Secretaria de Relações Institucionais, Secretaria de Comunicação e Central de Atendimento) Unidades Acadêmicas e Órgãos Suplementares.

ANÁLISE

6.1. Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais

A UFJF exibe coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais. A organização e a gestão da instituição funcionam de forma independente e autônoma na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios estão coerentes com o PDI.

6.2. Gestão Institucional.

6.3. Funcionamento representação e autonomia dos Conselhos Superiores.

6.4 Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.

A gestão institucional e a representatividade nos Conselhos Superiores cumprem os dispositivos regimentais e estatutários. No que tange aos colegiados de curso, os mesmos apresentam funcionamento, representação e autonomia em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários.

PROPOSIÇÕES

Indicador	Propostas
6.1. Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais	Plano de revisão e atualização do PDI.
6.2. Gestão Institucional.	
6.3. Funcionamento representação e autonomia dos Conselhos Superiores.	
6.4 Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.	

PARECER

Assim, os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro **SIMILAR** ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 7

Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Esta dimensão tem por objetivos verificar se a infraestrutura física da IES, especialmente a de ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação, está coerente com a especificada no PDI; se há instalações gerais para o ensino, para a pesquisa, para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, e para laboratórios didáticos e de pesquisa em quantidade e qualidade adequadas; se há nos polos para educação a distância, instalações gerais para o ensino e para a pesquisa), incluindo laboratórios, em quantidade e qualidade adequadas; se podem ser verificadas ações adequadas de atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos serviços das bibliotecas.

Indicador	O que consta no PDI	Cumprimento				Info Adm
		não	parc	sim	além	
7.1. Coerência Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais.			x			(IA71)
7.2. Instalações gerais	(7.2)			x		
7.3. Instalações gerais nos polos para educação o	Não se aplica					(IA73)
7.4. Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico	(7.4)		x			(IA72)
7.5. Bibliotecas dos polos para educação a distância: acervo, serviços e espaço físico	Não se aplica					

O QUE CONSTA DO PDI

(7.2) As metas que constam no PDI são:

- Prover a UFJF com a manutenção dos prédios em todos os aspectos;
- Controlar e fiscalizar obras que serão executadas por empresas terceirizadas;
- Fiscalizar empresas terceirizadas de limpeza e segurança;
- Viabilizar ações das ias fins;
- Administrar os almoxarifados (central e HU) da UFJF;
- Planejar orçamento, espaços físicos e expansão nos aspectos físicos e acadêmicos;
- Melhorar a infraestrutura dos laboratórios de pesquisa;
- Consolidar a implantação de reformas que promovam maior flexibilidade, mobilidade e inovações tecnológicas e pedagógicas nos cursos de graduação.

(7.4) Criar uma biblioteca para a Faculdade de Letras.

INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

(IA71) **Obras Executadas no período de 2009 a 2011:**

- Prédio de salas de aula da Engenharia;
- Novo ICH;
- Prédio do ICE;
- Prédio do departamento de Matemática;

- Prédio da Medicina;
- Instalação do sistema de segurança (câmeras).

Obras em andamento:

- Expansão do prédio do Instituto de Artes e Design, incluindo as oficinas do Bacharelado Interdisciplinar de Artes;
- Prédio da Medicina (expansão do centro de eventos);
- Novo prédio da Economia;
- Novo Prédio do ICB;
- Laboratório de física e química do ICE;
- Educação a distância na FAEFID;
- Moradia Estudantil (2 prédios);
- Engenharia Computacional;
- Memorial da República (junto ao MAMM);
- Biblioteca do ICH e do setor de tecnologia;
- Ampliação do Jardim Sensorial;
- Prédio da Faculdade de Fisioterapia;
- Instalação de plataformas e elevadores para acessibilidade nas edificações antigas.

Obras em Planejamento:

- Novo prédio da Reitoria;
- Planetário e Observatório;
- Novo prédio da Faculdade de Comunicação;
- Readequação da rede elétrica do Campus e da Iluminação Pública;
- Laboratório de Microscopia Eletrônica;
- Novo setor de transporte;
- Novas instalações do Almoxarifado e Patrimônio.

(IA72) O Sistema de Bibliotecas da UFJF conta com a biblioteca Central e 12 bibliotecas de unidades acadêmicas, a saber: Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro Integrado de Saúde (CIS), Faculdade de Direito (DIR), Faculdade de Educação (EDU), Faculdade de Engenharia (ENG), Faculdade de Economia e Administração (FEA), Instituto de Artes e Design (IAD), Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Instituto de Ciências Exatas (ICE), Faculdade de Serviço Social (SSO), Colégio de Aplicação João XXIII (JXXIII), Centro de Estudos Murilo Mendes (MAMM).

O Sistema de Bibliotecas possui um módulo do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA-Bibliotecas) e conta com 80 servidores; 42 do quadro efetivo da UFJF, sendo bibliotecários, e 38 servidores terceirizados.

O horário de atendimento a comunidade acadêmica e comunidade externa da Biblioteca Central é de segunda a sexta feira de 7 às 23 horas e sábados de 8 às 14 horas.

O sistema de bibliotecas presta diversos serviços à comunidade:

- Atendimento ao usuário: orientação aos usuários quanto à recuperação das informações do acervo e a utilização dos serviços oferecidos.
- Consultas ao acervo: diretamente na Internet no endereço www.biblioteca.ufjf.br. A pesquisa pode ser feita por AUTOR, TÍTULO ou ASSUNTO e refere-se à base de dados de todo o acervo do Centro de Difusão do Conhecimento.
- Infocentro: centro equipado com micro-computadores conectados à Internet, viabilizando a pesquisa em bases de dados nacionais e estrangeiros para obtenção de material bibliográfico, e também consulta ao acervo do CDC.
- Pesquisa Bibliográfica: serviço de orientação quanto à utilização de bases de dados para levantamentos bibliográficos.
- Empréstimo: para professores, funcionários, alunos e usuários da comunidade em geral devidamente cadastrados no sistema.
- Reserva de material emprestado: via internet.
- A Renovação On-Line.
- Cópia de Documentos: serviço de reprodução de parte dos documentos ou artigos de periódicos do acervo, de acordo com a Lei de Direitos Autorais.

- Comutação Bibliográfica: a Biblioteca Universitária participa do Programa COMUT do IBICT/CNPq e do SCAD da BIREME que permitem localizar e solicitar cópias de artigos de periódicos no Brasil e no exterior.
- Treinamento de usuários: são oferecidos treinamentos a usuários em relação ao uso dos recursos das Bibliotecas, pesquisa bibliográfica ou normalização bibliográfica.
- Orientação quanto à Normalização de trabalhos acadêmicos: este serviço é oferecido aos usuários que procuram a Biblioteca Universitária com intuito de normalizar seus trabalhos acadêmicos dentro das normas técnicas vigentes.
- É oferecido também o serviço de orientação quanto à normalização dos periódicos publicados dentro da UFJF.
- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações: repositório institucional contendo todas as teses e dissertações da pós graduação, defendidas dentro da UFJF. Site www.btdt.ufjf.br
- Acesso ao Portal de Periódicos CAPES: 12.365 periódicos com texto completo, disponíveis gratuitamente. Possível acessar de qualquer computador ligado à rede da UFJF.

Destaca-se que em 2011/ 2012 foram adquiridos 3.843 novos títulos e 26.000 exemplares da bibliografia básica e complementar de todos os cursos de graduação. Além disso, tem-se várias fontes de informação online:

- Assinatura de 2.049 títulos da Biblioteca Virtual 3.0 Pearson - sobre todas as áreas do conhecimento, com destaque para Humanas e Exatas - <http://www.pearson.com.br/ufjf>
- Assinatura on-line de 300 livros eletrônicos da coleção Atheneu, com destaque para a área de Saúde - <http://ufjf.dotlib.com.br/>
- Assinatura on-line da coleção completa das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) - <http://www.abntcolecacao.com.br/>
- Assinatura das bases de dados JSTOR - http://ufjf.dotlib.com.br/e_Heinonline - <http://home.heinonline.org/>

(IA73) O Centro de Educação a distância (CEAD) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), constituído como órgão suplementar em 2010, foi criado em 2004, ainda sob a sigla de NEAD (Núcleo de Educação a Distância). Desde então, coordena, supervisiona e apóia as atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico relativas à Educação a distância (EAD) na instituição, além de participar de iniciativas de fomento ao uso de tecnologias no ensino presencial.

Os pólos de EAD são mantidos pelas Prefeituras locais e administrados pelas Secretarias Municipais de Educação. As bibliotecas dos polos de EAD também são de responsabilidade das Prefeituras locais.

A evolução da quantidade de polos atendidos pode ser vista no seguinte gráfico (graduação e pós-graduação):

2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bicas	Araxá	Araxá	Araxá	Araxá	Araxá
Boa Esperança	Bicas	Bicas	Bicas	Bicas	Bicas
Coromandel	Barroso	Barroso	Barroso	Barroso	Barroso
Ilicínea	Boa Esperança	Boa Esperança	Boa Esperança	Boa Esperança	Boa Esperança
Pescador	Buritit	Buritit	Buritit	Buritit	Buritit*
Salinas	Buritizeiro	Buritizeiro	Buritizeiro	Buritizeiro	Buritizeiro
S Rita Caldas	Coromandel	Coromandel	C Lafaiete	C Lafaiete	Cataguases*
	Ilicínea	Durandé	Coromandel	Coromandel	C. Lafaiete
	Ipanema	Ilicínea	Cubatão	Cubatão	Coromandel
	Juiz de Fora	Ipanema	Durandé	Durandé	Durandé
	Lagoa Santa	Juiz de Fora	Ilicínea	Ilicínea	Cubatão
	Lavras	Lagoa Santa	Ipanema	Ipanema	Ilicínea
	Mantena	Lavras	Juiz de Fora	Juiz de Fora	Ipatinga*
	Pescador	Mantena	Lagoa Santa	Lagoa Santa	Ipanema
	Pompéu	Ouro Preto	Lavras	Lavras	Juiz de Fora
	Salinas	Pescador	Mantena	Mantena	Lagoa Santa
	S. Rita Caldas	Pompéu	Ouro Preto	Ouro Preto	Lavras
	Sete Lagoas	Salinas	Pescador	Pescador	Mantena
	Timóteo	S Rita Caldas	Pompéu	Pompéu	Pompéu
	Tiradentes	S João Ponte	Rio das Ostras	Rio das Ostras	Rio das Ostras
		Sete Lagoas	Salinas	Salinas	S Rita Caldas
		Timóteo	S Rita Caldas	S Rita Caldas	Salinas
		Tiradentes	S J Ponte	SJ Ponte	Sete Lagoas

		Uberlândia	Sete Lagoas	Sete Lagoas	Timóteo
			Timóteo	Timóteo	Tiradentes
			Tiradentes	Tiradentes	Ubá*
			Uberlândia	Uberlândia	Vitória
			Vitória	Vitória	
* Previsão					

O número total de polos atualmente atendidos é de 23. Para o ano de 2012, espera-se que os polos atendidos sejam 27.

ANÁLISE

7.1. Coerência Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais.

Em geral, as metas constantes no PDI que se referem à infraestrutura foram cumpridas como ação contínua dos órgãos da UFJF.

Devido ao Programa REUNI, muitas ampliações estão sendo realizadas, novas edificações para abrigar novos cursos e atender as novas demandas dos projetos de ensino, pesquisa e extensão estão sendo realizadas e planejadas.

Pode-se observar que a UFJF possui infraestrutura adequada (tanto em quantidade quanto em qualidade) especialmente para o ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

7.2. Instalações gerais

Com a implementação do REUNI e a captação de recursos de fontes diversas, muitas obras foram concluídas, estão em andamento ou em planejamento, visando atender a demanda crescente por espaços físicos que atendam ao aumento do número de discentes, docentes e técnicos administrativos.

As salas de aula são equipadas com lousa de giz ou lousa branca com caneta, ventiladores de parede, cadeiras com apoio e estofadas no assento; grande número de salas de aula apresenta equipamentos de multimídia fixos no teto (data show), bem como retroprojetores.

As Unidades Acadêmicas da Instituição contam também com salas de professores, salas de coordenadores de cursos, salas de multi-meios, laboratórios didáticos e de pesquisa, laboratórios de Informática, equipados com microcomputadores novos, com acesso a internet, com multimídia (CD e pen drive) e com ar-condicionado, espaços administrativos (secretarias), cantinas, espaços de convivência, dentre outros.

A Instituição também mantém o Hospital Universitário (HU), que é o campo de ensino e treinamento para os estudantes dos cursos da área da saúde.

Todos os prédios da UFJF possuem banheiros femininos e masculinos, com pias e sanitários, inclusive os adaptados para portadores de necessidades especiais.

Os estacionamentos são amplos assim como as áreas de convivência. A UFJF possui Restaurante Universitário (2), cantinas (em diversas unidades), auditórios, museus e uma ampla e moderna infraestrutura para a realização de eventos.

A UFJF possui Complexo Esportivo amplo, moderno com campo de futebol, pista de atletismo, quadras abertas, quadra poliesportiva coberta, parque aquático amplo com piscina aquecida e coberta, vários laboratórios didáticos para a prática de esportes dos acadêmicos e também onde são realizados a maioria dos eventos esportivos do município.

Diversas edificações fora do Campus, dentre elas: Cine Theatro Central, Pró-Música, Museu de Arte Moderna Murilo Mendes, Casa de Cultura, Centro de Psicologia Aplicada, Colégio de Aplicação João XXIII, Arquivo Histórico, Fórum da Cultura.

7.3. Instalações gerais nos polos para educação a distância

Os pólos de EAD são mantidos pelas Prefeituras locais e administrados pelas Secretarias Municipais de Educação. Portanto, não foram avaliados por esta CPA.

7.4. Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico

A Biblioteca Central e as Bibliotecas Setoriais, localizadas nas diversas Unidades Acadêmicas, contam com bibliotecárias e auxiliares. As instalações possuem recepção, cabines individuais e salas para estudos individuais e em grupos. O acervo está informatizado e disponível para acesso direto em catálogo on-line.

No entanto, dada a expansão de vagas e cursos há a necessidade de ampliação do espaço físico, atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos serviços da(s) biblioteca(s).

7.5. Bibliotecas dos polos para educação a distância: acervo, serviços e espaço físico

As bibliotecas dos pólos de EAD também são de responsabilidade das Prefeituras locais. Portanto, não foram avaliados por esta CPA.

PROPOSIÇÕES

Indicador	Propostas
7.1. Coerência Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais.	Deve constar no PDI as políticas de manutenção e ampliação da infraestrutura e equipamentos; a política para segurança – proteção de risco e proteção ambiental; política de infraestrutura para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras; mecanismos para saber o grau de satisfação da comunidade em relação a infraestrutura e equipamentos.
7.2. Instalações gerais	Deve constar no PDI: descrição geral da infraestrutura - características gerais do Campus da UFJF, órgãos externos ao Campus etc.; política de conservação, manutenção e ampliação do espaço físico; os impactos ambientais devido a infraestrutura; a política para atender a legislação da acessibilidade.
7.3. Instalações gerais nos polos para educação a distância	
7.4. Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico	
7.5. Bibliotecas dos polos para educação a distância: acervo, serviços e espaço físico	

PARECER

A infraestrutura física da UFJF vem sendo ampliada para atender a nova demanda devido ao aumento do número de discentes, docentes e TAE's.

Os espaços destinados às bibliotecas necessitam ser avaliados, tendo em vista o aumento do número de alunos e a ampliação do acervo devido aos novos cursos.

Assim, os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro **SIMILAR** ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

DIMENSÃO 8

Planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

Esta dimensão tem por objetivos verificar se o planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional da UFJF estão coerentes com o especificado no PDI; se a Comissão Própria de Avaliação está implantada e funciona adequadamente, há efetiva participação da comunidade interna (professores, estudantes e técnico-administrativos) e externa nos processos de autoavaliação institucional, e há divulgação das análises e dos resultados das avaliações, estando as informações correspondentes acessíveis à comunidade acadêmica; se a Instituição implementa adequadamente ações acadêmico-administrativas baseadas nos resultados da autoavaliação e das avaliações externas.

Indicador	O que consta no PDI	Cumprimento				Info Adm
		não	parc	sim	além	
8.1 Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.		X				
8.2 Autoavaliação institucional	(8.2)			X	(A82)	(IA82)
8.3 Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.		X				

O QUE CONSTA DO PDI

(8.2) Instituir mecanismos contínuos de autoconhecimento e avaliação institucional.

INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

(A82) Foi criada a Secretaria de Avaliação Institucional (SEAVI) integrando o organograma da UFJF pelo Conselho Superior da UFJF em setembro de 2006 e foi implementada a partir de abril de 2011 através da portaria 298 de 13 de abril de 2011 que nomeia o professor Vanderlí Fava de Oliveira como Secretário de Avaliação Institucional e da portaria 375 de 11 de maio de 2011 que nomeia o professor Danilo Pereira Pinto como Secretário Adjunto de Avaliação Institucional.

(IA82) A SEAVI tem por objetivo principal oferecer suporte e propor diretrizes relacionadas à operacionalização da Avaliação da Universidade prevista na Lei 10. 681/2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Esta Avaliação está organizada a partir dos seguintes componentes:

- Avaliação Interna: realizada pela CPA – Comissão Própria de Avaliação;
- Avaliação Externa: Realizada pelo INEP e constituída de:
 - Avaliação da Instituição (para credenciamento);
 - Avaliação de Cursos (para reconhecimento e renovação de reconhecimento);
 - ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

ANÁLISE

8.1 Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

Com relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional da UFJF não constam PDI. Não há um documento oficial das políticas e ações previstas para a autoavaliação institucional. A Instituição está iniciando seu processo de implantação de políticas e instrumentos de autoavaliação. A CPA constituída em março de 2009, elaborou um documento onde constam os resultados de um amplo levantamento de dados para servir de referencial de comparação para as reais ações de avaliação que estavam previstas para o futuro. Esse mesmo documento/relatório 2006/2008 não analisa os dados obtidos e não possui dados resultantes de consultas ao corpo docente, discente e técnico-administrativo. Não houve planejamento de ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações. Este relatório não foi tornado público conforme exigido pela legislação atual.

8.2 Autoavaliação institucional

A CPA 2009/2011 elaborou um relatório referente ao triênio 2006/2008 com elementos que o caracterizam mais como relatório de gestão tendo poucas características de relatório de autoavaliação institucional.

Os membros da CPA 2011/2013 foram eleitos por seus pares conforme regimento vigente e tendo como Presidente o Professor Danilo Pereira Pinto, eleito pelos seus pares em 02/03/2012, conforme ata da 9ª reunião da CPA.

A CPA atual está funcionando adequadamente, porém, ainda, verificou-se pequena participação dos docentes e discentes no processo eleitoral. Não há participação da comunidade externa (por falta de indicação de um representante) e dificuldades de se ter uma efetiva participação da representação discente.

Uma das dificuldades é o atual regimento; entretanto, já foi elaborada uma proposta de novo regimento que foi encaminhada para o CONSU.

Após o relatório em elaboração referente ao período 2009/2011 a atual CPA propõe realizar seminários (análise qualitativa – grupos focados com a participação de todos os segmentos) para discutir com a comunidade e divulgar no site da UFJF, da SEAVI e da CPA para colher sugestões e críticas ao relatório.

Após esta etapa pretende-se realizar uma análise quantitativa com a participação da comunidade acadêmica e comunidade externa.

No que se refere a avaliação do pessoal, deve-se destacar que os TAEs são avaliados pelo Programa de Avaliação de Desempenho (PROADES) que é um processo sistemático e contínuo de avaliação, do qual decorre a progressão por mérito dos servidores da UFJF. Os objetivos do PROADES, conforme especificado na Resolução no 08/2007 do CONSU, abrangem, de forma indissociável, tanto o desenvolvimento individual e coletivo dos TAEs, quanto o desenvolvimento e planejamento institucional.

O PROADES é um programa de metodologia simples, que não se atém a um confronto ou duelo de avaliações entre avaliador e avaliado, nem a algo como uma auditoria ou “caça as bruxas”. O PROADES é um momento em que as metas são pactuadas por todos os membros da Unidade de Avaliação através do diálogo, do debate e da discussão das idéias de forma ampla, agregando-se o desempenho e capacidade inerente de cada um às metas pactuadas. O PROADES visa ainda, uma constante melhoria no processo do trabalho e incessante busca do desenvolvimento e do crescimento pessoal, profissional e institucional.

8.3 Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.

A UFJF não implementou ações acadêmico-administrativas, pois o relatório anterior não apresenta sugestões.

Quanto às avaliações de curso, relatórios das Comissões de Avaliadores do INEP tem sido utilizados para melhorias nos cursos, embora ainda de maneira não sistematizada.

PROPOSIÇÕES

Indicador	Propostas
8.1. Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir a SEAVI no PDI da UFJF, com suas atribuições e autonomia. • Regulamentar a autoavaliação na UFJF: verificar os procedimentos para realizar a autoavaliação constando de diversos processos, de forma a poder auxiliar a gestão institucional. Quais sejam: avaliação de disciplina (docente e infraestrutura) pelo discente; avaliação dos técnicos administrativos, avaliação da gestão, avaliação da expectativa dos ingressantes e satisfação dos concluintes; dentre outros. • Processo de divulgação dos resultados da avaliação. • Regulamentar políticas de ações efetivas resultantes dos processos avaliativos, tais como capacitação docente e técnicos administrativos; avaliação dos estágios probatórios; política de implementação de ações decorrentes dos processos avaliativos
8.2. Autoavaliação institucional	
8.3. Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.	

PARECER

Os indicadores avaliados configuram um quadro **AQUEM** do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

DIMENSÃO 9**Políticas de atendimento aos estudantes.**

Esta dimensão visa verificar se as políticas de atendimento aos discentes da Instituição estão coerentes com as especificadas no PDI; se os programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes, de realização de atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais, e de divulgação da sua produção estão implantados e adequados; se há adequação das políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) praticadas pela Instituição e se há adequada relação com as políticas públicas e com o contexto social; se há mecanismos adequados para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, para saber o índice de ocupação entre eles, para estabelecer relação entre a ocupação e a formação profissional recebida; além disso, se a opinião dos empregadores dos egressos é utilizada para revisar o plano e os programas e se existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos.

Indicador	O que consta no PDI	Cumprimento				Info Adm
		não	parc	sim	além	
9.1. Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.	(9.1)			X		(IA91)
9.2. Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos				x		
9.3. Condições institucionais de atendimento ao discente	(9.3)			X		(IA93)
9.4. Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada		X				

O QUE CONSTA DO PDI

(9.1) Assegurar uma política de assistência ao estudante, que favoreça, ao mesmo tempo, o desempenho acadêmico e a organização livre, consciente, responsável e participativa do estudante nas decisões, dentro e fora da Universidade; atuar junto ao corpo discente da UFJF, procurando orientá-los em diversos campos da vida acadêmica; Propiciar ao estudante com vulnerabilidade socioeconômica, condições de frequentar e concluir os cursos oferecidos pela UFJF, observando o dever do ESTADO de promover a qualificação do indivíduo para o trabalho e o exercício da cidadania.

Quanto à política de educação inclusiva consta no PDI os objetivos de estabelecer e implementar uma política de promoção social orientada pelo ideal de inclusão; aprofundar o processo democrático por meio da crítica às relações de poder e opressão aos grupos marginalizados e/ou minorias:

- Permitir o acesso de todas as pessoas ao vestibular sem restrição;
- Equipar adequadamente a instituição com os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades educacionais privilegiando inicialmente;
- Permitir livre acesso ao campus;
- Promover cursos de qualificação profissional objetivando;
- Promover campanhas de divulgação sobre os potenciais e os direitos das pessoas com deficiência.

Quanto à política de estágios consta no PDI:

- A Inserção do estágio no Projeto Político-Pedagógico dos cursos de Graduação;
- Institucionalização dos campos de estágio através de: convênios; PAECOL (Plano de Atividades do Estágio Curricular Obrigatório para as Licenciaturas); PAE (Plano de Atividades de Estágio); TCE (Termo de Compromisso de Estágio); ratificação dos TCEs junto à coordenação de estágio da PROGRAD; obrigatoriedade da elaboração de relatório de estágio; relatórios avaliativos da

instituição concedente (RAI); RAE preenchido pela concedente; estreitamento das Relações com os Preceptores ou Supervisores de Estágio nas Instituições ou unidades concedentes.

(9.3) Reestruturar os programas de apoio à graduação (bolsas de monitoria, extensão e treinamento profissional)

A UFJF conta com quatro modalidades de apoio ao discente, a saber:

I - Modalidade manutenção: recebimento mensal de uma bolsa em valor estipulado por legislação própria, além de refeições gratuitas no Restaurante Universitário e transporte ida e volta centro-campus, mediante cumprimento de 12 horas semanais em programas e projetos da CAE;

II - Modalidade alimentação: refeições gratuitas no Restaurante Universitário e cantinas conveniadas, sem prestação de atividades;

III - Modalidade moradia: recebimento mensal de uma bolsa em valor estipulado por legislação própria, sem prestação de atividade. O auxílio é exclusivo para alunos provenientes de outras cidades, que não possuam residência familiar própria, alugada ou cedida em Juiz de Fora;

IV - Modalidade transporte: recebimento de vales-transporte/mês, sem prestação de atividades. O auxílio é voltado, preferencialmente, a alunos residentes em bairros periféricos de Juiz de Fora ou em cidades circunvizinhas.

Obs.: Nada consta no PDI do período 2009 a 2013 ações, políticas e metas de acompanhamento de egressos, e de apoio aos discentes referentes à participação e promoção de eventos.

INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

(IA91) A UFJF conta com uma política de atendimento aos discentes bem definida desenvolvida pela Gerência de Apoio Estudantil, inserida na CAE, que é o setor responsável pela seleção e cadastro dos estudantes que solicitam os apoios oferecidos. Os critérios de admissão dos alunos no programa têm por base a avaliação socioeconômica e outros critérios estabelecidos por legislação própria.

(IA93) A UFJF atua incentivando, apoiando e acompanhando o graduando, através de uma política de assistência, em múltiplas demandas no decorrer de sua trajetória acadêmica, através de ações efetivas nas áreas econômico-social, técnico-científica, política e psicológica, incentivando o desempenho acadêmico e a organização livre, consciente, responsável e participativa do estudante nas decisões dentro e fora da universidade e propiciar ao estudante de baixa renda familiar condições mediante auxílio para frequentar e concluir os cursos de graduação oferecidos pela UFJF

Quanto às condições institucionais de atendimento ao discente são oferecidas modalidades:

- a) Modalidade Alimentação: O aluno apoiado tem direito a refeições gratuitas (almoço e jantar no Restaurante Universitário concedida nos três anos do período ora analisado)
- b) Modalidade Manutenção: O aluno apoiado tem acesso às refeições gratuitas no Restaurante Universitário, transporte ida-volta centro-campus durante período letivo, recebimento mensal em pecúnia e desenvolvimento de atividades sócio pedagógicas no regime de disponibilidade de 12 horas semanais, em órgãos da UFJF, preferencialmente, relacionadas a projetos de sua área de atuação acadêmica, tendo sido concedida nos três anos do período ora analisado.
- c) Modalidade Moradia: Recebimento mensal em pecúnia, destinado ao acadêmico oriundo de outra localidade. Essa modalidade é exclusiva para estudante que reside em Juiz de Fora em república, pensão e/ou residência familiar (de não parentes mediante pagamento de aluguel e cuja família não tenha casa própria em Juiz de Fora); tendo sido concedida nos três últimos anos do período ora analisado.
- d) Modalidade Transporte: O aluno apoiado recebe vales-transporte mensalmente para deslocamento de sua residência ao Campus Universitário durante os períodos letivos. A quantidade de vales será estipulada de acordo com seu trajeto e comprovante de matrícula; tendo sido concedida nos três anos do período ora analisado.

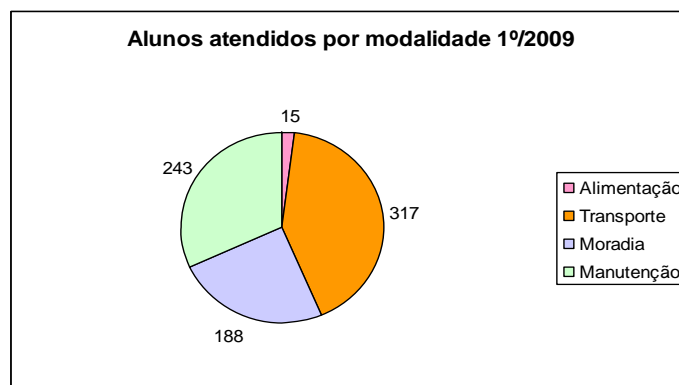
- e) Modalidade Auxílio-creche: O aluno apoiado recebe concessão de auxílio financeiro para custeio parcial das despesas com seus dependentes legais até a idade de 5 (cinco) anos e 29 (vinte e nove) dias, inclusive.

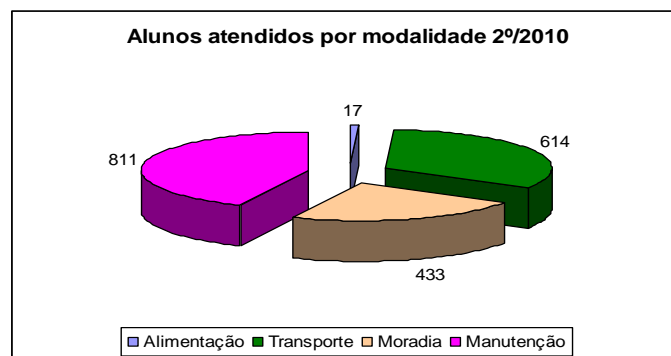
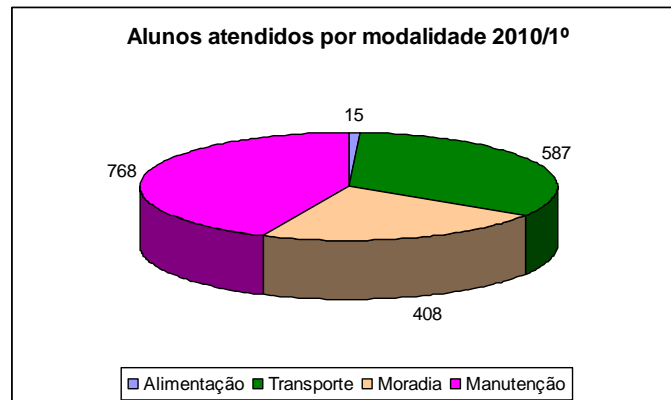
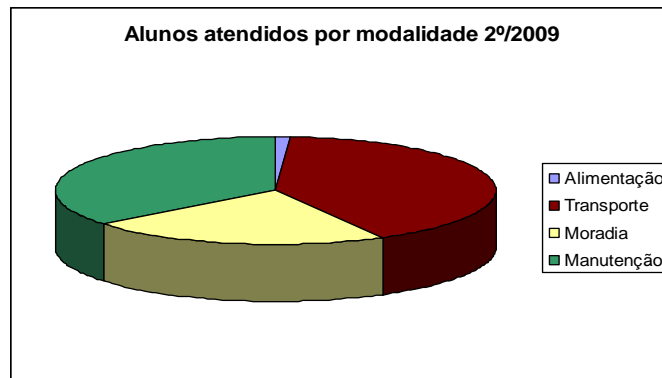
Número de Discentes atendidos:

Modalidades	2009 – 1	2009 – 2	2010 - 1	2010 – 2
Alimentação	15	16	15	17
Transporte	317	498	587	614
Moradia	188	276	408	433
Manutenção	243	435	768	811

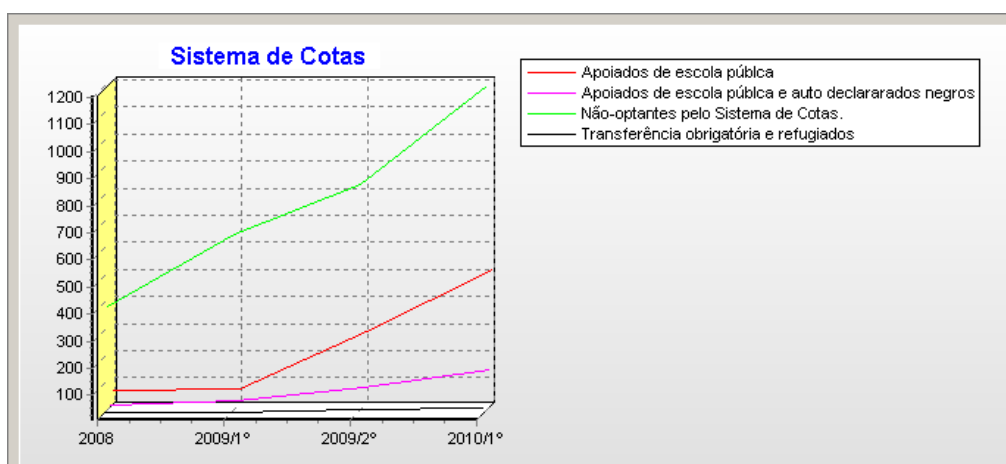
As atividades realizadas pela Coordenação de Assuntos Estudantis são:

- a) Processos Seletivos para atendimento ao Programa de Apoio Estudantil;
- b) Acompanhamento pedagógico;
- c) Reuniões de orientação e pesquisa
- d) Aprimoramento dos sistemas de controle e concessão de vale-transporte na Modalidade de Manutenção e Transporte;
- e) Acompanhamento e controle de acesso ao Restaurante Universitários dos alunos apoiados;
- f) Ações para a implementação da nova Modalidade Auxílio-creche;
- g) Atendimento psicológico aos alunos com manutenção de intervenção local nos casos correlacionados à vida acadêmica e/ou encaminhamento a Centros e Psicoterapia como CPA ou CAPS;
- h) Atuação profissional em psicologia junto a diretores, coordenadores de curso e/ou professores em situações de risco físico-mental à comunidade acadêmica, ou especificamente em proteção ao próprio aluno;
- i) Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- j) Articulação junto a coordenadores de projetos para captação de vagas para alunos apoiados na Modalidade Manutenção: cerca de 290 projetos;
- k) Planejamento e distribuição de alunos nos projetos cadastrados na CAE;
- l) Atendimento e orientação à alunos com necessidades especiais;
- m) Identificação de fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional.





Hoje a Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE) atende 34,53%, ou seja, 651 alunos que ingressaram no sistema de cotas distribuídos por todos os cursos de graduação.



ANÁLISE

9.1. Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.

As Políticas de Atendimento aos Discentes estão coerentes com os documentos oficiais.

9.2. Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos

A UFJF possui e desenvolve programas de apoio aos discentes referentes à realização de eventos de natureza científica, técnica, esportiva, cultural e de divulgação da sua produção. Estes estão adequadamente implantados, mas não constam dos documentos oficiais (PDI) e não foram informados a esta CPA.

9.3. Condições institucionais de atendimento ao discente.

É possível verificar a adequação das políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes evitando evasão e/ou desinteresse pelo curso escolhido, acompanhamento psicopedagógico, espaços de convivência.

Entre as obras de expansão há o projeto de construção da Moradia Estudantil, para atender aos cerca de 180 alunos carentes que já se beneficiam do "auxílio-moradia" proporcionado pela Instituição.

9.4. Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.

Apesar dos diversos cursos de pós graduação lato e stricto sensu, a ampla divulgação destes cursos, não há nos documentos oficiais relatos da política institucional de acompanhamento de egressos e formação continuada.

PROPOSIÇÕES

Indicador	Propostas
9.1. Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.	
9.2. Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos	Devem constar no PDI os programas de apoio a participação e realização de eventos de natureza científica, técnica, esportiva, cultural e de divulgação da sua produção
9.3. Condições institucionais de atendimento ao discente.	
9.4. Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.	Devem constar no PDI os programas de acompanhamento de egressos e oportunidades de formação continuada.

PARECER

Apesar da falta de informações estruturada de algumas ações da UFJF, pode-se verificar que os indicadores avaliados configuram um quadro **ALÉM** ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 10

Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Esta dimensão visa observar se a sustentabilidade financeira da IES está coerente com a especificada no PDI; se há adequação entre a proposta de desenvolvimento da IES, incluindo-se a captação de recursos, o orçamento previsto, a compatibilidade entre cursos oferecidos e as verbas e os recursos disponíveis, se existe controle entre as despesas efetivas e as referentes à despesa corrente, de capital e de investimento; e se existem políticas de aquisição de equipamentos e de expansão e/ou conservação do espaço físico necessárias à adequada implementação dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

Indicador	O que consta no PDI	Cumprimento				Info Adm
		não	parcial	sim	além	
10.1 - Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais	(10.1)			X		(IA101)
10.2 - Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.				X		(IA102)
10.3 - Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.				X		

O QUE CONSTA DO PDI

Nada consta no PDI do período 2009 a 2013 sobre a sustentabilidade financeira da Instituição.

(10.1) As metas constantes no PDI são:

- Dar suporte de planejamento e estudos estratégicos para a melhoria do funcionamento das atividades meio (processos licitatórios, transporte e estruturas de manutenção);
- Fazer o controle financeiro planejado pela área de Planejamento;
- Coordenar e gerir os convênios e contratos;
- Executar os procedimentos orçamentários e financeiros;
- Administrar o patrimônio da Universidade.

INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

(IA101) A UFJF, sendo uma IFES, é mantida pelo MEC.

(IA102) Em relação à sustentabilidade financeira tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior a UFJF conta com os recursos recebidos pela LOA (Lei Orçamentária Anual) que são distribuídos de modo a atender as demandas das 19 unidades acadêmicas; são contempladas ainda as atividades de pesquisa e extensão, os cursos de nível médio, a educação a distância, bem como as unidades administrativas da instituição, além de ações que visam o desenvolvimento sustentável da UFJF.

A Instituição tem buscado novos recursos extra-orçamentários através de emendas parlamentares e através de agência de fomento como CNPq, CAPES, FAPEMIG, FINEP, dentre outros.

A proposta de lei orçamentária Anual (PLOA) da UFJF evolui do patamar de R\$270 milhões em 2009 para R\$449 milhões em 2011. Para o ano de 2012 a LOA aprovada é de cerca de R\$571 milhões entre recursos de pessoal, outras despesas correntes e recursos para investimentos.

É importante ressaltar que não estão sendo feitos investimentos simplesmente em edificações, mas sim na ampliação e reforma dos espaços acadêmicos, ou seja, salas de aula, laboratórios, biblioteca etc.

A Instituição tem buscado novos recursos extra-orçamentários. Os recursos são destinados a diversas áreas da instituição dentre elas infraestrutura (construção de prédios novos e manutenção de prédios antigos), equipamentos, livros e principalmente nas pessoas (docentes e discentes). Há que se ressaltar que para adequação ao REUNI foram necessários mais do que o dobro da verba que havia sido destinada (cerca de R\$48,7 milhões, entre 2008 e 2011).

Quanto às políticas direcionadas a aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão a Pró-Reitoria de Planejamento tem ampliado os investimentos nos recursos didáticos, laboratoriais, inserção internacional das publicações, aumento do número de bolsas próprias para pós-graduação, dentre várias outras; na área de pesquisa, os investimentos abarcam programa de instalação de doutores, bolsas de iniciação científica, bem como programas institucionais.

Na execução orçamentária da UFJF é importante considerar que parte dos recursos são descentralizados diretamente para as unidades acadêmicas e programas de pós-graduação stricto sensu. Dos recursos de custeio, no ano de 2011, cerca de R\$3,8 milhões foram alocados diretamente nas Unidades Orçamentárias (UOs) acadêmicas (faculdades e institutos e programas de pós-graduação) ficando sob a responsabilidade dos diretores e coordenadores.

Cabe salientar, ainda, aspectos mais do que positivos das ações voltadas para os estudantes da UFJF no ano de 2011. A Universidade passa por um processo de expansão planejado e cuja execução tem sido feita com critério e cautela de forma que, ao se permitir o acesso de mais estudantes na instituição, estes possam ter condições de se manterem nela. Sendo assim, aponta-se que em 2011 a UFJF investiu em ações voltadas diretamente para os estudantes o equivalente a cerca de R\$16,1 milhões dentre bolsas de graduação e pós-graduação (R\$12,6 milhões), empenho nas obras da moradia estudantil (R\$270 mil), recursos com restaurante universitário (R\$2,1 milhões) e aquisição de quatro ônibus (R\$1 milhão). Também houve aumento no investimento em pesquisa.

Tendo em vista a política de valorização do corpo de servidores da UFJF, tanto docentes quanto TAEs vale a pena ressaltar, ainda, a implantação do PROQUALI, no ano de 2011 que demonstra que o objetivo da instituição em promover novas oportunidades de capacitação, formação e aperfeiçoamento foi alcançado.

Na política de contratação de doutores vê-se claramente o aumento na captação de recursos externos como, por exemplo, aqueles vinculados ao CT-INFRA/PROINFRA do MCT-FINEP. O volume de recursos captados passou de cerca de R\$1 milhão em 2006 para mais de R\$6 milhões em 2010. Para outra fonte de recursos externos, a FAPEMIG, observa-se movimento similar. De 2006 a 2011, a captação de recursos externos avançou, destacando-se os recursos obtidos na FAPEMIG em projetos e bolsas, em torno de R\$40 milhões, dos quais cerca de R\$13 milhões foram em 2011.

No ano de 2011, a UFJF investiu cerca de R\$1,4 milhões em programas institucionais de bolsas de iniciação científica. Em relação ao ano de 2010, verifica-se, por exemplo, um aumento de cerca de 126% nos recursos investidos em bolsa de iniciação científica (BIC) foi da ordem de 33%. O volume total de recursos investidos em programas institucionais cresceu 50% em relação ao ano de 2010.

Por fim, a mesma política de incremento dos investimentos observados nas atividades de ensino e pesquisa também podem ser verificados na atividade de extensão, sendo que a UFJF investiu no triênio 2009/2011 cerca de R\$3 milhões em bolsas para atividades extensionistas.

ANÁLISE

10.1 - Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais

Apesar de no PDI não constar dados sobre a sustentabilidade financeira da UFJF, pode-se verificar que os orçamentos anuais são elaborados de acordo com a legislação vigente.

10.2 - Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.

A Instituição tem buscado recursos extra-orçamentários através de emendas parlamentares e através de agências de fomento como CNPq, CAPES, FAPEMIG, FINEP, dentre outros.

10.3 - Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

Há uma Política de Distribuição de Recursos (matriz de distribuição de recursos), destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão, programas de pesquisa, atividades artísticas, culturais e esportivas, programas de extensão e integração social, capacitação de docentes e manutenção e custeio da instituição.

Existe uma política clara, definida nos documentos oficiais, de alocação de recursos para aquisição de equipamentos e de expansão e/ou conservação do espaço físico, adequada à implementação dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

PROPOSIÇÕES

Indicador	Propostas
10.1 - Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.	Correção do PDI
10.2 - Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.	Relatar as políticas existentes de captação e alocação de recursos no PDI
10.3 - Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.	Relatar as políticas existentes de aplicação de recursos para o ensino, pesquisa e extensão

PARECER

Os indicadores avaliados configuram um quadro **SIMILAR** ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS

Descrever as políticas, os organismos, os equipamentos e as atividades que permitem o atendimento aos requisitos legais. Verificar se corpo docente tem, no mínimo, formação em pós-graduação lato sensu e a instituição tem, no mínimo, um terço do corpo docente com titulação de mestrado e/ou doutorado e se, no mínimo, um terço do corpo docente em regime de tempo integral. Se o Plano de Cargo de Carreira está devidamente protocolado no órgão competente do Ministério de Trabalho e Emprego e a forma legal de contratação de professores.

1. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais (Decr. 5.296/2004).

A IFES não apresenta condições adequadas suficientes para o cumprimento pleno dos requisitos legais do Decreto 5286/2004.

Apesar dos esforços para adequar todos os prédios, com rampas para acesso nas dependências internas, banheiros adaptados etc. ainda existem barreiras arquitetônicas para portadores de necessidades especiais.

O Sistema de bibliotecas da UFJF não mantém acervo especializado em braile; todo o acervo é disponibilizado para a Biblioteca Municipal que possui setor especializado e mantém convênio com a UFJF.

A Biblioteca Central possui uma coordenação de acessibilidade, sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Institucional, que mantém equipamentos e softwares específicos que servem aos deficientes visuais.

2. Titulação do Corpo Docente (artigos 66 e 52 da Lei nº 9.394/1996).

A UFJF conta com 1292 professores (dados de 2011), sendo 1108 efetivos e dentre estes, 68,1% são doutores, 24,7 % são mestres, 5,6% são especialistas e 1,6% são graduados (18 professores - parte destes docentes foram contratados antes das atuais exigências legais, e outros mais recentes foram contratados com autorização do MEC, como excepcionalidade).

3. Regime de Trabalho do Corpo Docente (Lei 9.394/1996 – Art. 52)

Quanto ao regime de trabalho, dos 1292 professores 95,4% são de Tempo Integral e 4,6 % são de Tempo Parcial.

4. Plano de Cargo e Carreira

O Plano de Cargos e Salários está protocolado e homologado, junto ao órgão competente do Ministério de Trabalho e Emprego.

5. Forma Legal de Contratação de Professores

As contratações dos professores são realizadas através de concursos públicos, com exigência de título de doutor, em regime de dedicação exclusiva.

PARECER

Indicador	Atende		Propostas
	Sim	Não	
Condições de acesso para portadores de necessidades especiais (Decr. 5.296/2004).		X	(1)
Titulação do Corpo Docente <i>Universidades e Centros Universitários:</i> No mínimo formação em pós-graduação lato sensu para todos os docentes e percentual mínimo de docentes com pós-graduação stricto sensu, de acordo com os artigos 66 e 52 da Lei nº 9.394/1996.	X		(2)
Regime de Trabalho do Corpo Docente <i>Para Universidades:</i> um terço do corpo docente em regime de tempo integral* (Lei 9.394/1996 – Art. 52).	X		
Plano de Cargo e Carreira O Plano de Cargo de Carreira deve estar protocolado no órgão competente do Ministério de Trabalho e Emprego.	X		
Forma Legal de Contratação de Professores	X		

- (1) Realizar uma gestão junto à mantenedora (MEC) para disponibilizar recursos para dar acessibilidade a todos os prédios.
- (2) Quanto à titulação dos docentes, apesar do elevado percentual de doutores, ainda existem 18 professores que são apenas graduados. A UFJF deve envidar todos os esforços para que eles se qualifiquem.

CAPÍTULO IV

SÍNTESE DA AUTOAVALIAÇÃO

Esta Comissão Própria de Avaliação, eleita no primeiro semestre de 2011 e tendo iniciado as suas atividades em julho de 2011 elaborou este relatório de autoavaliação de conformidade com a legislação vigente, após analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFJF, o Relatório de Avaliação da Instituição de 2010 que foi elaborado pela Comissão de Avaliação do INEP, cotejando-os com os documentos oficiais e os informes produzidos pelos diversos organismos da Administração que responderam ao formulário (anexo 2) de coleta de dados. Além disso, a CPA considerou que este relatório teria como fulcro principal considerar que as análises e pareceres deveriam se fundar na busca de aspectos que a Universidade deve implementar ações de melhoria, em busca da excelência dos seus processos e resultados acadêmicos, a partir das suas atividades finalísticas, ensino, pesquisa e extensão.

É inegável que a UFJF vem crescendo e se desenvolvendo, apresentando melhoria de desempenho ano a ano, conforme se pode verificar nos relatórios consultados e da observação que se faz do contexto onde se insere, no entanto, deve-se considerar também, que muitos aspectos necessitam melhorar e as propostas encontradas nos documentos oficiais da Instituição apontam nesta direção. Dentro dessas premissas, este relatório de autoavaliação apresenta análise, propostas e pareceres acerca dos indicadores e requisitos legais em acordo com as 10 dimensões previstas na lei do SINAES (Lei Nº 10.861/2004).

Em resumo, em termos de atendimento aos requisitos que expressam o referencial mínimo de qualidade, de acordo com o previsto nos instrumentos de avaliação do INEP, a CPA considera que o atendimento previsto nestas dimensões, pode ser assim considerado na UFJF:

DIMENSÃO	AQUÉM	SIMILAR	ALÉM
1. Missão e o PDI		X	
2. Política de Ensino, Pesquisa e Extensão		X	
3. Responsabilidade Social	X		
4. Comunicação com a Sociedade			X
5. Política de Pessoal		X	
6. Organização e Gestão		X	
7. Infraestrutura Física		X	
8. Avaliação	X		
9. Política de atendimento aos estudantes			X
10. Política de Finanças		X	

Em termos globais, pode-se considerar que a UFJF vem cumprindo satisfatoriamente a maioria das metas previstas no PDI e apresenta um perfil BOM de qualidade.

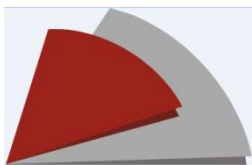
Este é o parecer.

ANEXOS

1. Orientações e Sugestões de Tópicos e Detalhamentos para a Revisão e Correção do PDI da UFJF 2009/2013.
2. Instrumento de Coleta de Dados
3. Coordenadores Responsáveis pelas Informações

INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

As informações foram obtidas através de consulta a documentos disponíveis na SEAVI, no portal da Universidade e outros que foram elaborados por organismos da Administração Superior da UFJF, além do conhecimento que os membros da CPA detêm sobre a Instituição.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
- SEAVI -



COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

1. AVALIAÇÃO DO PDI DA UFJF

O documento denominado PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional da UFJF, referente ao período de 2009 a 2013, que se encontra apensado no sistema e-MEC apresenta falhas no que tange a estrutura e coerência entre diretrizes, atividades e ações. Falta a definição clara das diretrizes norteadoras, os grandes eixos de ação e, principalmente, as decorrentes metas institucionais e ações que os diversos órgãos da IES deveriam desenvolver para atingir tais metas.

Verifica-se ainda que nem todas as dimensões do SINAES estão contempladas neste documento. Faltou também o engajamento das unidades acadêmicas no acompanhamento do desenvolvimento do previsto no PDI.

A IES não possui um PPI – Projeto Pedagógico Institucional explícito. Muitos dos elementos que caracterizariam um PPI estão no documento denominado PDI.

Ainda sobre o PDI da UFJF a Comissão de Avaliação do INEP que realizou a avaliação in loco para fins de credenciamento da Instituição, registrou que:

“Com relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional da IES não há coerência com o especificado no PDI, pois o próprio relatório da CPA menciona que a instituição não tinha um documento explícito com as políticas e ações previstas para o desenvolvimento institucional e sim um "PDI implícito".”

Sobre o PDI o Instrumento de Avaliação Institucional Externa do MEC/INEP, revisado em setembro de 2010, prevê as seguintes Categorias e Indicadores para serem avaliados:

Dimensão 1 - A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI*)

1.1. Implementação do PDI*, considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos

Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando as propostas constantes do PDI* estão sendo adequadamente implementadas, com as funções, os órgãos e os sistemas de administração/gestão adequados ao funcionamento dos cursos e das demais ações existentes, e à efetiva implantação das ações e dos cursos previstos.

1.2. Articulação entre o PDI* e os processos de avaliação institucional (autoavaliação e avaliações externas)

Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando os resultados da autoavaliação e das avaliações externas são adequadamente utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI*, e constata-se a existência de ações acadêmicas e administrativas consequentes aos processos avaliativos.

Dimensão 2

2.1 Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais

Dimensão 3

3.1 Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais.

Dimensão 4

4.1 Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais.

Dimensão 5

5.1 Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.

Dimensão 6

6.1 Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais.

Dimensão 7

7.1. Coerência Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais.

Dimensão 8

8.1. Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais.

Dimensão 9

9.1. Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.

Dimensão 10

10.1 Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.

Assim, o PDI deve ser um documento que reflita as diretrizes da IES e que todas as ações dos gestores e de toda a administração da IES, para que seus objetivos estejam sempre claros, a missão e as metas que se pretende alcançar, sempre norteando os rumos de todas as ações institucionais.

Sua divulgação para a comunidade é de fundamental importância. É através dele que a comunidade poderá ter consciência de onde pretende chegar e quais os caminhos para atingir as metas nele estabelecidas.

Para que o PDI possa atingir plenamente os seus objetivos, a sua construção deve ser coletiva, com a participação de toda a comunidade acadêmica, ouvindo a sociedade e com a “marca” (característica) da gestão Institucional. Portanto, o PDI é um documento que caracteriza a IES no seu período de vigência sendo o seu diferencial em relação às demais IES.

2. ORIENTAÇÕES E SUGESTÕES DE TÓPICOS E DETALHAMENTOS PARA A REVISÃO E CORREÇÃO DO PDI DA UFJF 2009/2013.

As tabelas a seguir foram elaboradas tendo como base as Dimensões e suas respectivas Categorias e Indicadores. A partir destes foram definidos os elementos que devem constar do PDI com o objetivo de atender ao especificado na Lei do SINAES e, também, com vistas à gestão e desenvolvimento da Universidade Federal de Juiz de Fora.

<p>Deve constar no PDI</p> <p>Histórico da IES, Inserção regional, Missão, Objetivos, Organização administrativa, Projeto pedagógico Institucional – PPI, As metas gerais da IES – com um cronograma de implantação Proposição de ações de divulgação, revisão e acompanhamento do PDI.</p>

DIMENSÃO 1 - A missão e o plano de desenvolvimento institucional

Categoria/Indicador	Conteúdo do PDI que explicita a categoria ou indicador na IES
1.1 - Implementação do PDI, considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos.	<p>Resumo das metas gerais e ações com cronograma de implementação.</p> <p>Proposta de divulgação e acompanhamento das metas e ações previstas no PDI.</p> <p>Proposta com cronograma de revisão periódica do PDI.</p> <p>Obs: O detalhamento das metas deve ser inserido nas ações referentes às diversas dimensões ou em anexo.</p> <p>(EX: Consórcio das IES Mineiras - objetivos, características, participantes etc.)</p>
1.2. Articulação entre o PDI e os processos de Avaliação	<p>Explicitar quais as metas e ações acadêmicas e administrativas são decorrentes das avaliações e as correções que são resultantes do processo de acompanhamentos do PDI.</p> <p>Como a autoavaliação influencia nas ações acadêmico-administrativas, como são consideradas as propostas advindas da autoavaliação.</p>

DIMENSÃO 2 - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

Instrumento	Proposta para o PDI
Políticas de ensino, pesquisa e extensão.	<p>Principais políticas para o desenvolvimento do ensino (PPI), pesquisa e extensão, na graduação presencial e à distância e na pós-graduação <i>latu e stricto sensu</i>.</p> <p>Como ocorre a articulação entre ensino pesquisa e extensão.</p> <p>Programas de estímulo ao desenvolvimento acadêmico: bolsas acadêmicas (discentes), capacitação (docente e TAES), mobilidade acadêmica, participação em eventos e publicações.</p> <p>Política institucional de interação com a comunidade: atividades de extensão, de transferência de tecnologia, de cooperação com organizações da sociedade, entre outros e sua vinculação com a formação acadêmica do aluno.</p> <p>Contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local e regional.</p> <p>Sistemática de avaliação dos projetos/programas de ensino, pesquisa e extensão.</p>
O PPI	<p><i>Definir as linhas gerais da política de formação:</i></p> <p><i>Os processos de seleção, as formas de ingresso e o perfil geral dos ingressantes.</i></p> <p><i>Definir as características gerais dos cursos.</i></p> <p><i>Definir o perfil de formação dos egressos e as competências desenvolvidas.</i></p> <p><i>As linhas metodológicas de formação e os mecanismos de avaliação discente, assim como as inovações desenvolvidas.</i></p> <p><i>Mecanismos de autoavaliação, tais como: Implantação de mecanismos efetivos de acompanhamento das atividades complementares, atividades integralizadoras.</i></p> <p><i>Trabalhos de Conclusão de Cursos e Estágios preconizados nos PPC's.</i></p> <p><i>Implantação de mecanismos que garantam uniformidade de avaliações das unidades (disciplina, módulos, atividades complementares) desenvolvidas no âmbito dos cursos.</i></p> <p><i>Implantação de processos contínuos de avaliação, parcial e final, do cumprimento dos programas dos diversos conteúdos das disciplinas e sua atualização, quando necessário, bem como correção de pré-requisitos e atualização de ementas bibliográficas.</i></p> <p><i>Explicitar para EAD: a metodologia, a logística, a produção de materiais didáticos e os processos de avaliação dos discentes.</i></p>

Outros	<p>Metas / cronogramas - Quadro sintético</p> <p>Novos cursos de graduação, pós, mestrado e doutorado.</p> <p>Programa de monitoria, programa de nivelamento, regulamentação de TCC; Programa de bolsas; Programa de mobilidade acadêmica e Programa de intercâmbio etc.</p> <p>Programa de IC; Programa de bolsas de pesquisa; convênios, programa de publicações; programa de apoio a atividades científicas, culturais, artísticas etc.</p> <p>Programa de bolsas de extensão; programa de apoio a atividades com a comunidade etc.</p>
--------	--

Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Categoria/Indicador	Conteúdo do PDI que explicita a categoria ou indicador na IES
3.1. As ações de responsabilidade social	<p>Se as ações estão coerentes com os objetivos da instituição.</p> <p>Se as diretrizes institucionais estão Implementadas e quais as formas de acompanhamento.</p> <p>As principais ações de responsabilidade social da IES:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ação de relação com a sociedade • Formas de acompanhamento. • Ações para desenvolvimento socioeconômico e educacional da região. • Ações de inclusão social. • Ações de defesa do ambiente, patrimônio cultural e produção artística. • Outros programas relacionados a responsabilidade social <p>Se todas essas ações estão implantadas e quais os mecanismos de acompanhamento.</p>
3.2. Relações da IES* com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho.	Quais os principais órgãos da UFJF – missão, objetivos, suas atividades. (Política de Convênios, Parque tecnológico, CRITT, Secretaria, etc.)
3.3. Relações da IES* com a sociedade: inclusão social.	<p>Políticas de inclusão de estudantes carentes.</p> <p>Política de contratação PNE.</p> <p>Biblioteca com acervo especial.</p> <p>Libras (disciplina para todos os cursos?).</p> <p>Barreiras arquitetônicas / Acessibilidade horizontal e vertical (prédios e logradouros).</p> <p>Política de Educação Inclusiva</p>
3.4. Relações da IES* com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	Quais os principais órgãos da UFJF – missão, objetivos, suas atividades. (Jardim Botânico, MAM, Pró música, Murilo Mendes, Museus, Teatro Central, Coral UFJF, Centro de Ciências etc.)

Dimensão 4 - A comunicação com a sociedade.

Categoria/Indicador	Conteúdo do PDI que explicita a categoria ou indicador na IES
4.1 Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais.	As ações de comunicação com a sociedade praticadas pelas IES Quais os principais veículos de comunicação. Política de comunicação da UFJF (interna e externa).
4.2. Comunicação interna e externa.	Como a UFJF disponibiliza a informação para docentes, discentes e comunidade externa. Portal da UFJF, central de atendimentos, revista novo tempo, editora da UFJF, rádio e TV universitária, banners, outras formas de comunicação, webmail etc. Os sistemas de informação - SIGA Como é feita a comunicação interna entre os órgãos da UFJF.
4.3. Ouvidoria.	Institucionalização da ouvidoria; se está implantada, infraestrutura e pessoal; Sua divulgação para a comunidade; tempo de respostas às demandas, processo de avaliação; Registros e observações; Registro de ações acadêmicas e administrativas decorrentes. Como é garantida a Autonomia em relação à gestão da UFJF.

Dimensão 5 - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Categoria/Indicador	Conteúdo do PDI que explicita a categoria ou indicador na IES
5.1 Políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho	Deve constar o plano de cargos e salários dos docentes e TAEs. Critérios de seleção. Formas de ingresso e progressão na carreira. Políticas de pessoal (capacitação, plano de saúde, etc.), Outros programas/ações para melhoria da qualidade de vida dos TAE's e docentes – programas de apoio (creche, transporte, RU etc.). Relação formação com atividade profissional Mecanismos para saber o grau de satisfação dos TAE's e docentes com a sua função. Avaliação das condições de trabalhos e avaliação de desempenho dos docentes e TAEs
5.2 Formação do corpo docente.	Relatar: Quando o corpo docente da IES tem experiência profissional e acadêmica adequadas às políticas constantes nos documentos oficiais da IES e 100% têm formação mínima em nível de pós-graduação lato sensu; desses, 70% possuem formação mínima em nível de pós-graduação stricto sensu e pelo menos 20% possuem o título de doutor.
5.3 Condições institucionais para os docentes.	Relatar: Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente está implementado e difundido na comunidade acadêmica, estando a IES* em consonância com a legislação vigente no que se refere a regime de trabalho, ou seja, um terço do corpo docente em regime de tempo integral* (Lei 9.394/1996 – Art. 52). Formas de divulgação do plano de carreira docente.
5.4 Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo.	Formas de divulgação do plano de carreira dos TAEs Relação formação com atividade profissional, perfil (formação e experiência) dos TAEs
5.5 Formação do corpo de tutores presenciais* e suas condições institucionais	Relatar: corpo de tutores presenciais tem, no mínimo, graduação na área objeto da tutoria As políticas de capacitação dos tutores presenciais
5.6 Formação do corpo de tutores a distância* e suas condições institucionais	Relatar: corpo de tutores a distância tem, no mínimo, graduação na área objeto da tutoria As políticas de capacitação dos tutores a distância

Dimensão 6 – Organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Categoria/Indicador	Conteúdo do PDI que explicita a categoria ou indicador na IES
6.1 Organização e gestão da instituição	Planejamento da organização e da gestão institucional. Programação de revisão do PDI. A participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios. O funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora. Planejamento estratégico mostrando missão, visão, pontos fortes e fracos e as decorrentes ações para viabilização das propostas.
6.2 Gestão Institucional (considerar as especificidades da gestão de cursos a distância, quando for o caso).	Principais metas sobre Ensino (Graduação e Pós Graduação), Pesquisa e Extensão Cronogramas para EAD, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão; Desenvolvimento Tecnológico e RH.
6.3 Funcionamento representação e autonomia dos Conselhos Superiores	Gestão administrativa, funcionamento dos conselhos, representatividade.
6.4 Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.	colegiados para todos os cursos de Graduação e de Pós Graduação. NDE para os cursos de Graduação.

Dimensão 7 - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Categoria/Indicador	Conteúdo do PDI que explicita a categoria ou indicador na IES
7.1 Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação	Descrição geral da infraestrutura (laboratórios específicos e laboratórios de informática, salas de aula, biblioteca, instalações administrativas, áreas de convivência, banheiros, auditórios, salas de professores, salas de reunião, patrimônio artístico, patrimônio para preservação do meio ambiente e cultura etc.). – grandes números, características gerais do Campus da UFJF, órgãos externos ao Campus etc.
7.2 Instalações gerais	Política de conservação, manutenção e ampliação do espaço físico. Política para Segurança – proteção de risco e proteção ambiental. Impactos ambientais devido a infraestrutura. Política/ações para atender a legislação da acessibilidade. Política de Infraestrutura para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras. Mecanismos para saber o grau de satisfação da comunidade em relação à infraestrutura e equipamentos.
7.3 Instalações gerais nos pólos para educação a distância	Idem 7.2
7.4 Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico	Política para as bibliotecas. Ações de atualização, manutenção e ampliação do acervo. Espaço físico destinado ao sistema de bibliotecas. Ações de capacitação de funcionários das bibliotecas. Serviços prestados pelas Bibliotecas à comunidade acadêmica e à sociedade. Horário de funcionamento.
7.5 Bibliotecas dos pólos para educação a distância: acervo, serviços e espaço físico	Idem 7.4

Dimensão 8 - Planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional

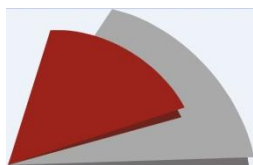
Categoria/Indicador	Conteúdo do PDI que explicita a categoria ou indicador na IES
<p>8.1 Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.</p>	<p>CPA- Data da instalação; portarias, infraestrutura etc. Como é garantida a Autonomia da CPA em relação à gestão da UFJF. Processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional. Pesquisa de expectativa dos ingressantes e satisfação dos concluintes. Pesquisa socioeconômica dos ingressantes. Quais cursos realizam Programas de autoavaliação dos cursos. Avaliação docente realizada pelos discentes, no que diz respeito às suas práticas pedagógicas, relacionamento professor-aluno, cumprimento de ementas, pontualidade, dedicação, atenção aos discentes, entre outros; Resultados do ENADE – números. Listas de cursos – CPC. IGC</p>
<p>8.2 Autoavaliação institucional</p>	<p>Regimento CPA. Metodologia de trabalho da CPA 2011 a 2013. Formas de divulgação dos resultados das avaliações de curso e institucional.</p>
<p>8.3 Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.</p>	<p>Exemplo de ações acadêmico-administrativas decorrentes dos registros das avaliações.</p>

Dimensão 9 - Políticas de atendimento aos estudantes.

Categoria/Indicador	Conteúdo do PDI que explicita a categoria ou indicador na IES
9.1 Políticas de atendimento aos discentes da IES	Políticas e programas de atendimento aos discentes da IES e formas de acompanhamento. Programas de Bolsas. Atendimento a portadores de necessidades especiais (educação inclusiva) .
9.2 Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos	Programa de apoio aos estudantes – eventos, divulgação da produção, atividades esportivas, culturais, científicas, técnicas etc.
9.3 Condições institucionais de atendimento ao discente.	Políticas de acesso, permanência, sistema de cotas etc. Política de alocação de bolsistas de apoio . Apoio psicopedagógico. Creche. Moradia estudantil.
9.4 Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.	Acompanhamento de egressos. Mecanismo para estabelecer relação entre ocupação e formação. Mecanismos para conhecer a opinião dos empregadores. Atividades de atualização e formação continuada.

Dimensão 10 - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

Categoria/Indicador	Conteúdo do PDI que explicita a categoria ou indicador na IES
10.1 Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.	Orçamento da UFJF Política para custeio de ensino, pesquisa e extensão.
10.2 – Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos	Captação de recursos. Recursos de projetos (CT-INFRA, entre outros). Órgãos geradores de recursos. Matriz de alocação de recursos das unidades.
10.3 – Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.	Política para custeio da capacitação de docentes e TAE's Políticas de aquisição de equipamentos. Expansão e conservação do espaço físico.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
- SEAVI -



Relatório da CPA 2009/2011 FORMULÁRIO DE COLETA DE INFORMAÇÕES

1 – SUGESTÕES PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

Lembrar que o relato refere-se às atividades desenvolvidas nos anos de 2009, 2010 e 2011. O relatório tem como um dos principais referenciais o PDI, portanto, deve ser apontado claramente:

- O que foi totalmente realizado como planejado;
- O que foi parcialmente realizado como planejado apontando as razões para a não realização total e como será complementado o planejado;
- O que não foi realizado conforme planejado esclarecendo as razões para a não realização e qual é a proposta para a solução do não executado.
- O que, embora não constante do PDI, foi realizado justificando a não inserção no PDI sempre que possível.

Para todos os indicadores sugere-se que sejam explicitadas sobre as ações, as atividades e projetos que foram desenvolvidos o seguinte:

- As diretrizes e os documentos principais (regulamentos, atas, projetos, etc.);
- Os organismos responsáveis pela operacionalização;
- Os resultados obtidos e como foram divulgados e utilizados;
- **IMPORTANTE:** liste ou descreva o que foi feito ou alterado em decorrência do resultado de processos de avaliação (INEP) ou de autoavaliação (interna).

Sugere-se também que sejam elaborados quadros que sintetizem tais relatos.

2 – PROPOSTA DE ESTRUTURA DO RELATÓRIO

Sugere-se ainda que seja adotada como estrutura básica do relatório, a mesma estrutura do instrumento de avaliação das IES com vistas a credenciamento. Justifica-se tal proposição tendo-se em vista que este instrumento é uma tradução do que dispõe a lei que instituiu o SINAES em termos de indicadores que compõem as dimensões desta avaliação.

Na parte introdutória, sugere-se que constem os tópicos a seguir listados e que constam do citado instrumento.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA UFJF

Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Sigla: UFJF

Data de Criação:

Criada pela Lei Nº:

Início de funcionamento:

Recredenciada pela Portaria Nº _____ de _____

Antecedentes da UFJF:

(500 palavras – uma página)

Inserção da UFJF local, regional com dados socioeconômicos sobre a sua região principal de polarização

(500 palavras – uma página)

Perfil e Missão

(200 palavras)

Estrutura administrativa

Reitoria e seus organismos (desenho)

Estrutura interna desses organismos (desenho)

Colegiados desses organismos se for caso

Órgãos anexos e suas estrutura)s internas (se for o caso)

Órgãos colegiados(Conselhos) e seus componentes (organismos representados)

Unidades Acadêmicas (UA)

Cursos de graduação (presencial e EAD) e pós graduação (strictu e lato sensu) – ver quadro UA01
 Departamentos (ver quadro UA2)
 Núcleos
 Órgãos colegiados e outros

Quadro UA1

Curso:
 Portaria de Criação com data:
 Data de início:
 Portaria de Reconhecimento:
 Portaria de renovação de reconhecimento:
 Número atual de vagas oferecidas:
 Carga horária total obrigatória:
 Nome do atual coordenador:
 Composição do colegiado de curso (áreas representadas e total de membros):
 Componentes do NDE:

Quadro UA2

Departamento:
 Data Criação:
 Número atual de docentes:
 Nome do atual chefe:

Quadro Resumo:

DOCENTES (final de 2011)

Total Geral	Efetivos Ativos					Não Efetivos		
	Total Efetivos	Graduados	Especialistas	Mestres	Doutores	Total Não Efetivos	Substitutos	Outros

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EFETIVOS ATIVOS (final de 2011)

Total Geral	Doutores	Mestres	Especialistas	Graduados	Médio	Fundamental	Fundamental incompleto

ESTUDANTES (matriculados no 2º semestre de 2011)

Total Geral	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação Presencial	Graduação EAD	Mobilidade Nacional	Convênio Internacional	Outros

DIMENSÃO 1 - A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

1.1 -Implementação do PDI, considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos.

Breve relato e cronograma sobre a implementação das grandes metas para a UFJF previstas no PDI, como foram divulgadas e o que não foi feito e por que.

1.2. Articulação entre o PDI e os processos de Avaliação

Explicitar quais metas e ações acadêmicas e administrativas são decorrentes das avaliações ocorridas e as correções que são resultantes do processo de acompanhamento do PDI. Como as avaliações influenciam nestas ações.

DIMENSÃO 2 –Apóliticaparaoensino(graduaçãoepós-graduação) presencial e EAD,apesquisa,aextensãoeas respectivasnormasdeoperacionalização,incluídoosprocedimentosparaestímuloàprodução acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

2.1. Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais.

2.2. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização.

2.3. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES* credenciada para modalidade a distância).

2.4. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (lato sensu* e stricto sensu*), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização (igual forma para faculdades, universidades e centros universitários).

2.5. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação lato sensu*e stricto sensu na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES* credenciada para modalidade a distância).

2.6. Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização.

2.7. Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social.

Principais políticas para o desenvolvimento do ensino (PPI), pesquisa e extensão, na graduação presencial e à distância e na pós-graduação lato e stricto sensu. Programas de estímulo ao desenvolvimento acadêmico: bolsas acadêmicas (discentes), capacitação (docente e TAES), mobilidade acadêmica, participação em eventos e publicações. Política institucional de interação com a comunidade: atividades de extensão, de transferência de tecnologia, de cooperação com organizações da sociedade, entre outros e sua vinculação com

a formação acadêmica do aluno. Contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local e regional. Sistemática de avaliação dos projetos/programas de ensino, pesquisa e extensão.

Ainda, nesta dimensão: Novos cursos de graduação, pós, mestrado e doutorado. Programa de monitoria, programa de nivelamento, regulamentação de TCC; programa de bolsas; programa de mobilidade acadêmica e programa de intercâmbio etc. Programa de IC; programa de bolsas de pesquisa; convênios, programa de publicações; programa de apoio a atividades científicas, culturais, artísticas etc. Programa de bolsas de extensão; programa de apoio a atividades com a comunidade etc.

Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

3.1. Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais.

3.2. Relações da IES* com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho.

3.3. Relações da IES* com a sociedade: inclusão social.

3.4. Relações da IES* com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Explicitar a coerência entre as ações e os objetivos da instituição. Se as diretrizes institucionais relacionadas à Responsabilidade Social estão implementadas e quais as formas de acompanhamento. Descrever os organismos e documentos oficiais que tratam dessa questão.

As principais ações de responsabilidade social da IES: ação de relação com a sociedade; formas de acompanhamento; ações para desenvolvimento socioeconômico e educacional da região; ações de inclusão social; ações de defesa do ambiente, patrimônio cultural e produção artística; outros programas relacionados a responsabilidade social

Dimensão 4 - A comunicação com a sociedade.

4.1. Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais.

Explicitar as linhas gerais da política de Comunicação da UFJF explicitando os organismos os documentos que mostram como estão sendo desenvolvidos. As ações de comunicação com a sociedade praticadas. Quais os principais veículos de comunicação. Política de comunicação da UFJF (interna e externa). Como a UFJF disponibiliza a informação para docentes, discentes e comunidade externa. Portal da UFJF, central de atendimentos, revista novo tempo, editora da UFJF, rádio e TV universitária, banners, outras formas de comunicação, webmail etc. Os sistemas de informação – SIGA. Como é feita a comunicação interna entre os órgãos da UFJF. Institucionalização da ouvidoria; se está implantada, infraestrutura e pessoal; sua divulgação para a comunidade; tempo de respostas às demandas, processo de avaliação; registros e observações registro de ações acadêmicas e administrativas decorrentes. Como é garantida a autonomia em relação à gestão da UFJF.

4.2. Comunicação interna e externa.

4.3. Ouvidoria.

Dimensão 5 - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

5.1. Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.

Explicitar os critérios de seleção, as formas de ingresso e progressão na carreira, as políticas internas de pessoal (capacitação, plano de saúde, etc.), outros programas/ações para melhoria da qualidade de vida dos TAE's e docentes – programas de apoio (creche, transporte, RU etc.).Relação formação com atividade profissional, mecanismos para medição do grau de satisfação dos TAE's e docentes com a sua função e a avaliação das condições de trabalhos e avaliação de desempenho dos docentes e TAEs.

5.2. Formação do corpo docente.

5.3. Condições institucionais para os docentes.

5.4. Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo.

5.5. Formação do corpo de tutores presenciais* e suas condições institucionais

5.6. Formação do corpo de tutores a distância* e suas condições institucionais

Dimensão 6 – Organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

6.1. Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais.

Neste indicador devem ser contempladas a implementação geral do PDI, inclusive a sua programação de revisão do. A participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.O funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora (MEC).Planejamento estratégico mostrando missão, visão, pontos fortes e fracos e as decorrentes ações para viabilização das propostas.

6.2. Gestão Institucional.

Explicitar as principais metas sobre Ensino (Graduação e Pós Graduação) presencial e EAD, Pesquisa e Extensão, Desenvolvimento Tecnológico e RH, entre outros.

6.3. Funcionamento representação e autonomia dos Conselhos Superiores.

6.4. Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.

Dimensão 7 - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

7.1. Coerência Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais.

7.2. Instalações gerais

Instalações gerais para o ensino, para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, laboratórios didáticos e de pesquisa em quantidade e qualidade adequadas.

7.3. Instalações gerais nos polos para educação a distância

7.4. Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico

Ações de atualização, manutenção e ampliação do acervo, espaço físico destinado ao sistema de bibliotecas, ações de capacitação de funcionários das bibliotecas, serviços prestados pelas bibliotecas à comunidade acadêmica e à sociedade, horário de funcionamento.

7.5. Bibliotecas dos polos para educação a distância: acervo, serviços e espaço físico

Dimensão 8 - Planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

8.1 Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

8.2 Autoavaliação institucional

8.3 Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.

Observação: O relatório sobre a Dimensão 8, fica a cargo da SEAVI

Dimensão 9 - Políticas de atendimento aos estudantes.

9.1. Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.

9.2. Programas de apoio a desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos

Além dos programas de bolsas e de atendimento geral aos discentes, explicitar também os programas de apoio psicopedagógicos, de apoio a eventos. Discorrer também sobre as representações docentes e as organizações estudantis.

9.3. Condições institucionais de atendimento ao discente.

9.4. Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.

Além dos contatos com egressos, explicitar os mecanismos de interação com os “empregadores” e a informação sobre a formação continuada

Dimensão 10 - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

10.1 Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.

10.2 – Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.

10.3 – Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

Além dos recursos oficiais referentes a pessoal e custeio, explicitar os demais financiamentos resultantes de projetos especiais, programas e dotações referentes a emendas parlamentares, entre outros.

Também discorrer sobre as políticas de aquisição de equipamentos, expansão e conservação do espaço físico. Além disso, relatar as ações que geram recursos e sua destinação.

Mostrar também como são distribuídos os recursos entre as diversas unidades da UFJF.

ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS

Descrever as políticas, os organismos, os equipamentos e as atividades que permitem o atendimento aos requisitos legais.

- 1. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais (Decr. 5.296/2004).**
- 2. Titulação do Corpo Docente (artigos 66 e 52 da Lei nº 9.394/1996).**
- 3. Regime de Trabalho do Corpo Docente (Lei 9.394/1996 – Art. 52)**
- 4. Plano de Cargo e Carreira**
- 5. Forma Legal de Contratação de Professores**

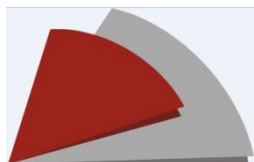
4 – PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Sugere-se à Administração Superior a formação de uma Comissão composta por representantes dos organismos que fornecerão os dados requeridos neste formulário. Esta Comissão, tão logo seja composta deve reunir-se com a SEAVI/CPA para esclarecimentos sobre o solicitado no formulário e demais procedimentos inerentes à elaboração do relatório.

5 - CALENDÁRIO

- 02 de abril (16 horas):
Reunião para definir os responsáveis pelo preenchimento de cada dimensão no relatório da CPA com vistas à formação da **Comissão da Administração Superior**.
- 16 de abril (09 horas):
Reunião da **Comissão da Administração Superior** com a SEAVI/CPA;
- Abril/Maio:
Reuniões da **Comissão da Administração Superior** para preenchimento do instrumento de coleta de dados.
- Final de Maio:
Fechamento da coleta de dados e elaboração do relatório preliminar da CPA para ser discutido em **Seminário de Autoavaliação da UFJF**.
- Junho:
Realização de **Seminário de Autoavaliação da UFJF** para a elaboração final do relatório de avaliação trienal (2009/2011) da UFJF
- Julho:
Publicação do **Relatório de Autoavaliação trienal da UFJF**.

Juiz de Fora, 30 de março de 2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
- SEAVI -



SUGESTÃO DE COORDENAÇÃO PARA AS DIMENSÕES E RESPECTIVOS INDICADORES

DIMENSÃO 1 –SDI

A missão e o plano de desenvolvimento institucional

Indicadores	COORDENAÇÃO
1.1 - Implementação do PDI, considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos.	SDI
1.2 - Articulação entre o PDI e os processos de Avaliação	SDI

DIMENSÃO 2 –PROGRAD

A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

Indicadores	COORDENAÇÃO
2.1a – Coerência das Políticas de ensino com os documentos oficiais	PROGRAD
2.1b - Coerência das Políticas de pesquisa com os documentos oficiais	PROPESQ
2.1c - Coerência das Políticas de extensão com os documentos oficiais	PROEX
2.2 - Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização.	PROGRAD
2.3 - Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES* credenciada para modalidade a distância)	PROGRAD/ CEAD
2.4 - Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (lato sensu* e stricto sensu*), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização (igual forma para faculdades, universidades e centros universitários)	PROPG
2.5 - Políticas institucionais para cursos de pós-graduação lato sensu* e stricto sensu na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES* credenciada para modalidade a distância).	PROPG
2.6 - Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização	PROPESQ
2.7. Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social	PROEX

Dimensão 3 – PROACAD

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Indicadores	COORDENAÇÃO
3.1 -Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais	PROACAD
3.2 - Relações da IES* com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho.	PROACAD
3.3 - Relações da IES* com a sociedade: inclusão social.	PROACAD
3.4 - Relações da IES* com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	PROACAD

Dimensão 4 –SECOM

A comunicação com a sociedade

Indicadores	COORDENAÇÃO
4.1 Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais.	SECOM
4.2. Comunicação interna e externa.	SECOM
4.3. Ouvidoria	Ouvidoria

Dimensão 5 – PRORH

As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Indicadores	COORDENAÇÃO
5.1 Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.	PRORH
5.2 Formação do corpo docente.	PRORH
5.3 Condições institucionais para os docentes.	PRORH
5.4 Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo.	PRORH
5.5 Formação do corpo de tutores presenciais* e suas condições institucionais	Não existe
5.6 Formação do corpo de tutores a distância* e suas condições institucionais	CEAD

Dimensão 6 – Secretaria Geral (SG) e Gabinete (Gab)

Organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Indicadores	COORDENAÇÃO
6.1 Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais	SG e Gab
6.2 Gestão Institucional (considerar as especificidades da gestão de cursos a distância, quando for o caso).	SG e Gab
6.3 Funcionamento representação e autonomia dos Conselhos Superiores	SG e Gab
6.4 Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.	SG e Gab

Dimensão 7 –PROINFRA

Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Indicadores	COORDENAÇÃO
7.1 Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação	PROINFRA
7.2 Instalações gerais	PROINFRA
7.3 Instalações gerais nos pólos para educação a distância	PROINFRA / CEAD
7.4 Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico	Bibl Universitária
7.5 Bibliotecas dos pólos para educação a distância: acervo, serviços e espaço físico	CEAD

Dimensão 8 –SEAVI

Planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional

Indicadores	COORDENAÇÃO
8.1 Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.	SEAVI
8.2 Autoavaliação institucional	SEAVI
8.3 Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.	SEAVI

Dimensão 9 – PRO REITORIA DISCENTE - CAE

Políticas de atendimento aos estudantes.

Indicadores	COORDENAÇÃO
9.1 Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais	CAE
9.2 Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos	CAE
9.3 Condições institucionais de atendimento ao discente.	CAE
9.4 Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.	CAE

Dimensão 10 – PROPLAN

Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

Indicadores	COORDENAÇÃO
10.1 Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.	PROPLAN
10.2 – Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos	PROPLAN
10.3 – Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.	PROPLAN

REQUISITOS LEGAIS

1. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais (Decr. 5.296/2004)

SDI (CAEFI)

2. Titulação do Corpo Docente (artigos 66 e 52 da Lei nº 9.394/1996).

PRORH

3. Regime de Trabalho do Corpo Docente (Lei 9.394/1996 – Art. 52)

PRORH

4. Plano de Cargo e Carreira

PRORH

5. Forma Legal de Contratação de Professores

PRORH

**PODER EXECUTIVO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

**RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO
2009 – 2011**

AUTORIA: COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - UFJF

EDIÇÃO: Secretaria de Avaliação Institucional

Juiz de Fora – Junho 2012